

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Joelaini Martins dos Reis Brasil

**AS PERCEPÇÕES DOS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS
FACE AS SUAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS NO ENSINO
SUPERIOR**

Santa Maria, RS
2021

Joelaini Martins dos Reis Brasil

**AS PERCEPÇÕES DOS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS FACE AS
SUAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Educação**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Maria de Oliveira Pavão

Santa Maria, RS
2021

Brasil, Joelaini
AS PERCEPÇÕES DOS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS FACE
AS SUAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS NO ENSINO SUPERIOR /
Joelaini Brasil.- 2021.
78 p.; 30 cm

Orientadora: Silvia Pavão
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2021

1. Surdos 2. Libras 3. Intérprete I. Pavão, Silvia
II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, JOELAINI BRASIL, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Joelaini Martins dos Reis Brasil

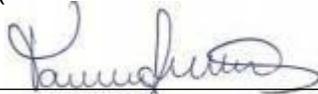
**AS PERCEPÇÕES DOS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS FACE AS
SUAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Educação**.

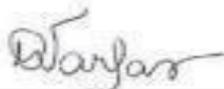
Aprovado em 28 de julho de 2021:



Sílvia Maria de Oliveira Pavão, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Tânia Aparecida Martins, Dr.^a (UNIOESTE)



Diéssica Zacarias Vargas Lopes, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

AGRADECIMENTOS

“Tudo posso Naquele que me fortalece” Filipenses 4:13

Quero agradecer a algumas pessoas que fazem parte da minha vida e no acompanhamento para a realização dessa etapa.

Primeiramente, agradeço a Deus que me fortalece e me dá sabedoria, pois Ele proporcionou-me as vitórias e contemplou-me em cada passo, possibilitando a minha vinda à Santa Maria – RS. Obrigada pelas oportunidades, por estar cuidando de tudo, das pessoas que amo, das novas amigas e daqueles que me rodeiam. Obrigada Senhor!

Agradeço meus pais Joel Dias dos Reis e Eleni Martins dos Reis, pelas orações e por acreditarem em mim, aos meus sogros Nicanor de Souza Brasil e Ângela Centurion Brasil que estão sempre prontos para ajudar, ao meu marido Eder Centurion Brasil por estar ao meu lado e ao meu filho Derick dos Reis Brasil que me dá forças para prosseguir e crescer tanto pessoalmente quanto profissionalmente, mesmo que tenha que dividir o tempo dele com o trabalho e estudo. Obrigada por estarem sempre ao meu lado, pela torcida, pelo apoio que sem dúvidas deu-me forças para vencer cada obstáculo encontrado no caminho e, principalmente pelo amor imenso que vocês têm por mim.

Agradeço a minha orientadora pela oportunidade, confiança depositada, pelo carinho e por sua humanidade em acolher-me em uma nova cidade, em um novo ambiente, e até mesmo por torcer pela minha permanência. Mas, ainda assim, meu coração e meu amor pelo estado do Paraná e pela minha cidade Cascavel “fala” mais alto. Aguarde, pois ainda voltarei!

Agradeço as novas amigas que fiz aqui: Grace, parceira de risadas e de choro. Silvia e Raquel: uma amizade recente que parece ser de uma vida inteira! Aline: por fazer-me acreditar que é possível passar em um Mestrado na primeira tentativa e muito bem classificada! A toda a equipe de trabalho, que me mostrou o sentido do trabalho colaborativo de Tradutores Intérpretes de Libras (TILS). Obrigada, por entenderem que sim eu preciso estar menos tempo em sala de aula porque Mestrado é Mestrado.

Sou Grata a Deus, a todos que me rodeiam e muito obrigada!

RESUMO

AS PERCEPÇÕES DOS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS FACE AS SUAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS NO ENSINO SUPERIOR

AUTORA: JOELAINI MARTINS DOS REIS BRASIL
ORIENTADORA: SILVIA MARIA DE OLIVEIRA PAVÃO

Este estudo está vinculado a Linha de Pesquisa da Educação Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação. Teve como objetivo identificar as percepções dos Tradutores Intérpretes de Libras (TILSP) com relação ao exercício de sua atribuição profissional no contexto do Ensino Superior. O referencial teórico utilizado perpassou a legislação brasileira e estudos que versam sobre as atribuições profissionais dos intérpretes de Libras no Ensino Superior. Por meio de uma abordagem qualitativa, foi realizado um levantamento com intérpretes das Instituições Federais de Ensino Superior brasileira do estado do Rio Grande do Sul (RS). Inicialmente por meio de questionário no *Google* Formulários e a posteriori, através de entrevista semiestruturada realizada com intérpretes de instituições federais e ensino. Constatou-se que ainda, muitos desconhecem essa profissão, muitas são as atribuições delegadas a este profissional. Nas atividades presencial e virtual nos contextos educativos, o surdo tem a possibilidade de estar inserido, sendo que o TILSP é o mediador dos discursos produzidos pelo orador. Concluiu-se que, a profissão é perpassada por desafios e muitas são as atribuições delegadas a este profissional, o direito do surdo está garantido, sendo que o TILSP é o mediador dos discursos produzidos no contexto educacional.

Palavras-chave: Surdos, Libras, Intérprete.

ABSTRACT

THE PERCEPTIONS OF LIBRAS INTERPRETERS IN VIEW OF THEIR PROFESSIONAL ATTRIBUTIONS IN HIGHER EDUCATION

AUTHOR: JOELAINI MARTINS DOS REIS BRASIL
ADVISOR: SILVIA MARIA DE OLIVEIRA PAVÃO

This study is linked to the Special Education Research Line of the Graduate Program in Education. The objective was to identify the perceptions of Interpreting Libras Translators (TILSP) regarding the exercise of their professional attribution in the context of Higher Education. The theoretical framework used permeated Brazilian legislation and studies that deal with the professional attributions of Libras interpreters in Higher Education. Through a qualitative approach, a survey was carried out with interpreters from Brazilian Federal Institutions of Higher Education in the state of Rio Grande do Sul (RS). Initially through a questionnaire on Google Forms and later, through a semi-structured interview conducted with interpreters from federal institutions and education. It was found that still, many are unaware of this profession, many are the attributions delegated to this professional. In face-to-face and virtual activities in educational contexts, the deaf have the possibility of being inserted, and the TILSP is the mediator of the speeches produced by the speaker. It was concluded that, the profession is permeated by challenges and many are the attributions delegated to this professional, the right of the deaf is guaranteed, and the TILSP is the mediator of the speeches produced in the educational context.

Keywords: Deaf, Libras, Interpreter.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Número de participantes da pesquisa.....	23
-------------	--	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 -	Layout do instrumento de coleta de dados.....	33
-------------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	-	Gênero dos participantes.....	34
Gráfico 02	-	Faixa etária dos participantes.....	35
Gráfico 03	-	Vínculo com o Ensino Superior.....	35
Gráfico 04	-	Modalidade de ensino de atuação.....	36
Gráfico 05	-	Tempo de experiência profissional.....	37
Gráfico 06	-	Última formação acadêmica/titulação concluída.....	38
Gráfico 07	-	Conhecimento dos aspectos históricos.....	39
Gráfico 08	-	Conhecimento dos aspectos legais.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASL	Língua Americana de Sinais
DEEIN	Departamento de Educação Especial do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IFES	Instituições de Ensino Superior
ILS	Intérprete de Língua de Sinais
FEBRAPIL	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
L1	Primeira Língua
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
RS	Rio Grande do Sul
SEED	Secretaria da Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TILS	Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais
TILSP	Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais/Língua Portuguesa
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
WASLI	<i>Word Association of Sign Language Interpretes</i>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	16
2 METODOLOGIA	200
2.1 QUESTÃO DE PESQUISA.....	200
2.2 OBJETIVO GERAL	200
2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	200
2.4 TIPO DE ESTUDO	21
2.5 LÓCUS DA PESQUISA, PERÍODO E SUJEITOS	22
2.6 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	23
2.7 MÉTODO DE ANÁLISE.....	25
2.8 QUESTÕES ÉTICAS.....	25
3 OS ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA PROFISSÃO	27
3.1 OS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	27
4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS.....	33
4.1 O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: ASPECTOS LEGAIS E DESAFIOS PROFISSIONAIS	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICES	65
ANEXOS	78

APRESENTAÇÃO

“Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso ou pessoas fracassadas. O que existe são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles”.

Augusto Cury
(2004, p. 154)

Começo a apresentação com a citação de Augusto Cury, pois estes últimos anos foram de lutas e conquistas, mudança de carreira, mudança de Estado, o qual agregou conhecimento e novas experiências, e essas mudanças me conduziram à realização e a concretização do que eu queria para a minha vida. Cursar o mestrado foi muito produtivo, embora sofrido pelos momentos de isolamento social em não ter por perto meus amigos para abraçar, chorar e conversar pessoalmente.

A escolha pelo mestrado ocorreu a partir de algumas inquietações: durante a minha formação em Pedagogia, surgiu o interesse pela área de atuação do intérprete de Libras. O interesse iniciou pelo fato de ter um colega surdo em sala de aula, e neste instante, a vontade de atuar como intérprete de Libras, com a disciplina de “Libras Língua Brasileira de Sinais” apenas confirmou o desejo. Quando percebi já estava envolvida em cursos paralelos, trabalhando como estagiária no setor de Educação Especial, onde passei a ter mais contato com os surdos. Me apaixonei pela área e a vontade de atuar como profissional de Libras me fez largar tudo o que já tinha para “começar do zero”: empresa, profissão de designer gráfica, entre outras coisas e tudo isso foi necessário para traçar um novo caminho e um novo rumo, o qual a cada dia mais estava envolvida e apaixonada.

Em relação a formação inicial, a Pedagogia não foi a minha escolha e apenas segui por ser um curso gratuito, mas a disciplina de Libras me encantou e no meu trabalho final de curso escolhi como orientador o professor surdo Heloir Montanher, com quem aprendi muito, desenvolvendo-me cada vez mais dentro da área. O tempo passou, e em 2012 já estava atuando na área como intérprete de Libras, foi quando me encontrei profissionalmente. Encerrei meu estágio, passei na banca de proficiência da Libras, e comecei a atuar no mesmo setor que havia trabalhado como estagiária junto com meus colegas de sala de professores e profissionais da área de Libras. Depois de três anos de estudos e cursos de Libras me estabeleci como profissional da área, considerando que tinha muito a aprender, e hoje, depois de nove anos de

atuação continuo aprendendo, pois, assim como qualquer outra língua, a língua de sinais é um aprendizado constante.

Após largar a empresa, vendê-la e deixar de lado a profissão que já tinha há dez anos de experiência (na qual trabalhava desde os quatorze anos de idade), ingressei como Tradutora Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP), atuando em contratos temporários de trabalho e conciliando com a vida de recém-casada. Foi uma etapa desafiadora que contribuiu com meu desenvolvimento pessoal e profissional, pois aprendi muito nas Escolas Estaduais e na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), na qual me formei pedagoga e atuava como Intérprete de Libras.

Desde então, envolvida com a área, sempre tive um desejo de prosseguir em pesquisas, tendo em vista que havia feito duas pós-graduações (especializações) na área de Libras, outra graduação em Letras Libras Licenciatura e Letras Libras Bacharelado. Infelizmente, ainda assim, não tinha uma segurança e estabilidade no trabalho, pois atuava apenas em contratos temporários e também, tentei alguns concursos em outros estados, pois, infelizmente no Paraná havia pouca oferta de concursos na área e em todos eles, fui classificada em segundo ou terceiro lugar, sendo que era apenas para uma vaga. Estas situações geraram inúmeras incertezas e o início de novas perspectivas, novos caminhos e projetos, pois com uma família constituída precisava de algo mais estável. Desse modo, não eram viáveis os contratos temporários que um semestre tinham o vínculo e nos próximos perdia a estabilidade. Havia situações em que os alunos surdos que tinham o meu acompanhamento desistiam ou perdiam a vaga, conforme ocorreu inúmeras vezes.

Como já tive experiências no âmbito empresarial, resolvi no final do ano de 2018 investir em uma carta de consórcio e abrir uma nova empresa com ramo de materiais pedagógicos em E.V.A. Finalmente, investi 40 mil reais para realizar o meu novo projeto, embora com o “coração preso e dividido” na área de Libras, então pensei em vincular minha paixão com a produção de materiais para área e em dezembro com a empresa toda montada com móveis planejados, materiais, equipamentos e tudo organizado para a inauguração em Janeiro de 2019, tive a notícia no dia 24/12/2018 sobre um concurso que prestei em 2017 estava quase vencendo, havia me convocado para atuar como Intérprete de Libras na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nossa! Para mim foi um “choque”, pois lembro-me como se fosse hoje, quando recebi a notícia por colegas que atuam na Universidade. Confesso que não sabia o que fazer,

pois era um sonho que agora tinha se realizado e depois de tanta luta, não tinha ideia do que fazer ou como proceder, pois estava a frente de um novo projeto com um grande investimento. Chorei! Apenas chorei, orei muito e pedi a direção de Deus, aos amigos e à minha família que sempre me diziam: - Não pensa! Só pega todas as suas coisas e vai! E eu fui...

E foi assim: sem pensar e muito aflita com a situação, um dia antes arrumei minha mudança e vim. Hoje estou aqui, concursada na UFSM há um ano e meio e cursando o Mestrado em Educação do qual meu interesse veio a aflorar, para prosseguir com pesquisas na área que atuo. Hoje, já atuando há nove anos como Intérprete de Libras, meu interesse pelos assuntos relacionados a atuação profissional se deu a partir de algumas inquietações relacionadas ao trabalho desenvolvido, no qual surgiu a motivação para realizar esta pesquisa resultante da minha experiência profissional.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a demanda de acadêmicos surdos que ingressam nas universidades aumentou significativamente, isso pode ser comprovado nos dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com as estatísticas da Educação Superior (BRASIL, 2017), as instituições têm como missão, a partir da legislação vigente (BRASIL, 2015), garantir a esses acadêmicos a acessibilidade, não apenas no âmbito de sala de aula e no desempenho das atividades acadêmicas, mas também no envolvimento com colegas, professores e nos demais espaços institucionais.

A interação proporcionada aos alunos é uma das formas de possibilitar o sucesso na trajetória acadêmica e por consequência na vida profissional. Assim sendo, nota-se o quão importante é a consolidação das ações inclusivas nas universidades, refletindo sobre a cultura surda e a inserção dos Tradutores Intérpretes de Libras (TILSP) nos processos de ensino e aprendizagem, o que agrega durante o processo formativo.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), é direito de todos os acadêmicos aprenderem juntos sem discriminação e a educação brasileira tem o compromisso de garantir a Educação Básica a todos. Por isso, as Instituições de Educação Superior necessitam reinventar-se, fazendo as adaptações necessárias para garantir o atendimento dos acadêmicos com alguma necessidade educacional especial. Nesse contexto, o surdo é um sujeito que possui uma bagagem cultural e linguagem própria que possui o direito a uma educação bilíngue, a qual assegura a presença do TILSP como mediador de comunicação e conduzir a instrução na sua primeira língua que é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Conforme a Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002) e o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), há o esclarecimento sobre quem é o sujeito surdo. De acordo com a legislação mencionada, a pessoa surda é aquela que por perder a audição, compreende e interage com o mundo através de experiência visual e também pela utilização da Libras (BRASIL, 2002, 2005).

Segundo Pavão e Bortolazzo (2015), ações que promovam o processo de inclusão educacional são imprescindíveis e torna-se relevante que todos os envolvidos no processo de inclusão tenham formação adequada para atuar nos

diferentes níveis de ensino. Logo, para atuar em diferentes níveis de ensino exige conhecimento interdisciplinar, considerando que cada sujeito possui características cognitivas peculiares e, tratando-se de acadêmicos surdos, torna-se um desafio garantir a permanência desde seu ingresso até a conclusão, pois o processo inclusivo no Ensino Superior exige espaços projetados com base nas diferenças, conforme assegura a Portaria do Ministério de Educação e Cultura (MEC) nº 3.284/2003¹(BRASIL, 2003).

Sobre o tema a “Percepção do Tradutor Intérprete de Libras do seu exercício profissional”, a primeira indagação que perpassa a investigação é referente ao meio de interpretação. Independentemente do nível educacional de atuação (nível médio, técnico ou superior), uma vez que atua em sala de aula, esse profissional, o intérprete de Libras necessita ter discernimento e clareza, estudos de termos da área de atuação e muitas vezes uma trajetória de conhecimentos acadêmicos, para que sua atuação seja padronizada ao nível que a graduação exige.

A formação do intérprete, é ainda alvo de muita instabilidade, uma vez que os concursos abertos têm sido de nível médio e os contratos temporários têm exigido o nível superior conforme a Lei nº 13.146², capítulo IV quanto ao direito à educação:

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do **caput** deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; [\(Vigência\)](#).

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. [\(Vigência\)](#).

Tais disposições geram uma série de perguntas e dúvidas sobre a formação do profissional, uma vez que a interpretação se concretiza na interface bimodal, ou seja, em duas línguas nas quais as mesmas têm estruturas completamente diferentes sendo, a língua portuguesa oral-auditiva e a Libras viso-espacial (QUADROS & KARNOPP, 2004). A Interpretação da Língua Brasileira de Sinais, não é codificada e

¹ De acordo com Brasil (2003), a referida portaria dispõe sobre requisitos de acessibilidade, a fim de instruir os processos de autorização e reconhecimento de cursos, bem como o de credenciamento de instituições.

² De acordo com Brasil (2015), esse aparato legal institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a fim de promover de forma igualitária, o exercício dos direitos e das liberdades desses sujeitos, possibilitando a inclusão social e a cidadania.

nem delimitada, pois o ato de interpretar demanda muito do profissional intérprete de Libras, exigindo habilidades e competências linguísticas que muitas vezes vão além do seu conhecimento, a passagem de uma língua para outra exige do profissional: concentração, técnicas e estratégias no ato de interpretar (QUADROS & KARNOPP, 2004).

É necessário o profissional dar sentido e sequência na fala de acordo com o público alvo, tornando mais complexo a função do intérprete, que muitas vezes estão inseridos em contextos e ambientes onde esperam que o mesmo domine diferentes vocabulários, seja das disciplinas de graduações, mestrado ou mesmo doutorado. Ao intérprete de Libras que é o mediador entre as línguas portuguesa brasileira e a de sinais, cabe transmitir sentimento, ação ou emoção; é ele o responsável em passar da língua fonte para a língua alvo.

Então, segundo Perlin (2006, p. 106): “quanto mais se reflete sobre a presença dos intérpretes de Língua de Sinais, mais se compreende a complexidade de seu papel, suas dimensões e a profundidade de sua atuação”. Nessa direção, entende-se que esse campo profissional é complexo, visto que em 2006, apesar de haverem políticas públicas escassas voltadas aos TILSP, já se sabia da importância do papel dos profissionais.

Assim sendo, a reflexão a respeito desses profissionais é relevante, pois vai além dos itens lexicais, visto que também são, de acordo com Perlin (2006, p. 01) “intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas, da identidade e da subjetividade surda, apresentando suas peculiaridades, identidades, sua orbitalidade”.

No presente estudo, o problema conduziu ao seguinte questionamento: quais são as percepções dos Tradutores Intérpretes de Libras (TILS) do exercício de sua atribuição profissional no contexto do Ensino Superior?

Hipoteticamente, as respostas ao questionamento com base em observações, práticas pessoais foram:

- a) Os componentes históricos da legalização profissional do TILSP contribuem para o exercício profissional.
- b) A formação do Tradutor Intérprete de Libras (TILS) é satisfatória em relação a demanda na Educação Superior.

- c) Existem aproximações e distanciamentos das percepções dos TILSP em relação aos pressupostos legais vigentes que impactam no exercício profissional e no desenvolvimento pessoal.

O objetivo geral consistiu em conhecer a percepção dos Tradutores Intérpretes de Libras em relação ao exercício de sua atribuição profissional na Educação Superior. Os objetivos específicos foram:

- a) Discutir os componentes históricos da legalização profissional do TILSP.
- b) Descrever a formação do Tradutor Intérprete de Libras-Português (TILSP).
- c) Relacionar as aproximações e os distanciamentos das percepções dos TILSP em relação aos pressupostos legais vigentes, no contexto da pandemia atual.

O estudo assume relevância científica, ao considerar a percepção dos Tradutores Intérpretes de Libras (TILSP) em relação ao exercício de sua atribuição profissional no Ensino Superior, pois é notável tanto nos alunos surdos como ouvintes a dificuldade de adaptação no âmbito acadêmico ao ingressar na universidade.

Adiciona-se a essa questão, que a presença dos TILSP é necessária, pois grande parte dos candidatos surdos são oriundos de escolas bilíngues e não vivenciaram a inclusão no meio escolar, vindo a ter esta primeira experiência de inclusão somente na universidade. Para o aluno surdo o processo inclusivo se torna ainda mais difícil, pois há uma barreira comunicacional, necessitando de adaptação para se comunicar com os professores e colegas ouvintes.

A pesquisa foi delineada e desenvolvida, tendo presente os seguintes temas: educação de surdos, Tradutores e Intérpretes de Libras e Ensino Superior. Os capítulos foram organizados da seguinte forma: no **primeiro capítulo**, a partir do levantamento bibliográfico apresenta-se a metodologia pretendida para o desenvolvimento da pesquisa. No **segundo capítulo**, discutem-se os componentes que marcaram o histórico da legalização profissional do TILSP. No **terceiro** discorre-se sobre a formação do profissional do TILSP para a compreensão das experiências perceptivas a respeito de sua atuação profissional. No **quarto** capítulo, se apresenta as percepções dos TILSP sobre o exercício de sua atribuição profissional no Ensino Superior, bem como as aproximações e distanciamentos da sua atuação prática com relação aos pressupostos legais vigentes. Por último, apresenta-se os resultados e análises de dados do estudo e considerações finais.

2 METODOLOGIA

No presente capítulo apresenta-se uma pesquisa de campo cuja abordagem metodológica utilizada de cunho qualitativo, o lócus, período e sujeitos de pesquisa, método de análise e interpretação dos dados, bem como a questão problematizadora, o objetivo geral e os específicos. Inicialmente, buscou-se realizar a pesquisa no formato presencial, entretanto, com o advento da pandemia do Covid-19 que causou impactos em todas as esferas sociais, inclusive no âmbito acadêmico, houve a possibilidade de realizar entrevistas *online* utilizando as tecnologias aliadas à pesquisa.

2.1 QUESTÃO DE PESQUISA

- a) Quais são as percepções dos Tradutores Intérpretes de Libras (TILSP) com relação ao exercício de sua atribuição profissional no contexto do Ensino Superior?

2.2 OBJETIVO GERAL

- a) Identificar a percepção dos Tradutores Intérpretes de Libras do exercício de sua atribuição profissional no Ensino Superior.

2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Discutir os componentes históricos da legalização profissional do TILSP.
- b) Descrever a formação do Tradutor Intérprete de Libras³ (TILSP).
- c) Relacionar as aproximações e os distanciamentos das percepções dos TILSP em relação aos pressupostos legais vigentes, no contexto da pandemia.

³ Optou-se pela utilização do termo TILSP, pois considera-se tradutor intérprete como cargo. Entende-se tradutor e intérprete como sinônimos neste trabalho.

2.4 TIPO DE ESTUDO

Ao analisar o objetivo geral e os objetivos específicos que orientam a tessitura deste estudo, compreende-se que o método científico adequado para alcançar o que se propôs foi a **abordagem qualitativa** que consiste em:

[...] uma atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo. [...] embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação (MINAYO, 2012, p. 16).

Entende-se que esta atividade de pesquisa contribuiu para a compreensão sobre as especificidades de diferentes sujeitos e contextos como uma possibilidade de reconstrução de informações a respeito das percepções dos Intérpretes de Libras do exercício de sua atribuição profissional no Ensino Superior.

O estudo bibliográfico foi utilizado com a finalidade da apropriação do referencial teórico, epistemológico e metodológico referente ao tema. Na concepção de Severino (2007), este tipo de estudo é realizado a partir de pesquisas anteriores, documentos impressos como teses, dissertações, obras. Ainda

Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Além do levantamento bibliográfico, o estudo e análise documental foram adotados com o objetivo de:

[...] responder as necessidades objetivas da investigação e pode, didaticamente, atender as seguintes questões: para que servem as informações documentadas; quais documentos são necessários para realizar o estudo do problema; onde encontrá-los; e como utilizar-se deles para os objetivos da pesquisa (CHIZZOTTI, 2010, p. 18).

Para agrupar os conhecimentos produzidos sobre a legislação vigente, a pesquisa documental foi uma etapa importante, pois auxiliou na escolha de instrumentos necessários ao estudo de uma problemática atual e relevante. Mas, para isso: “[...] o interessado deve ter presente para quê servem os documentos que procura, quais documentos precisa, onde encontrá-los e como reuni-los” (CHIZZOTTI, 2010, p. 19).

A dimensão “Para quê?” incidiu nos objetivos e finalidades do projeto que determinou quais e que tipo de informações documentais foram relevantes agrupar. Em relação a “Quais?”, toda a documentação utilizada neste estudo, consistiu em documentos públicos, encontrados nos sites das instituições federais.

No que se refere a “Onde?”, os documentos utilizados neste estudo foram oriundos de bibliotecas, arquivos disponibilizados na Internet que estavam organizados a partir de critérios estabelecidos e técnicas que contribuíram na identificação de fontes informativas.

Acredita-se que a documentação, agregada ao estudo bibliográfico estabeleceu relações com o problema de pesquisa e tem-se claro que foi necessário adotar estratégias de busca que fossem coerentes com as informações almejadas, integrando com os métodos particulares de trabalho pessoal.

O estudo de campo também foi utilizado, o qual busca o aprofundamento de um contexto em específico que pode ser realizado via observação direta das atividades do grupo ou entrevistas com informantes para obter mais informações sobre o tema pesquisado (GIL, 2008). Conforme mencionado anteriormente, a ideia inicial era realizar um estudo de caráter presencial, porém com o advento da pandemia do Covid-19, realizou-se o contato com os participantes através de ferramentas *online*.

2.5 LÓCUS DA PESQUISA, PERÍODO E SUJEITOS

A pesquisa foi desenvolvida nas Instituições de Ensino Superior (IFES), federais brasileiras, do Estado do Rio Grande do Sul (RS), tendo como principal referência os profissionais os TILSP. O número total de IFES, na organização acadêmica ‘universidade’, de acordo com os dados do INEP são 63. Desse total, se fez um recorte por conveniência, selecionando as IFES da região sul.

Neste estudo contou-se com a colaboração de quatro TILSP de duas instituições federais (Tabela 01). A identidade das entrevistadas foi preservada, por isto, nesse trabalho, serão identificadas pelos números aleatórios que já está relacionado com o questionário “5”, “6”, “7” e “10”.

Foram encontradas seis Universidades Federais do Estado no Rio Grande do Sul: a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade

Federal do Rio Grande (FURG) – Carreiros, Rio Grande e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Bagé, localizadas no Estado.

Tabela 01: Número de participantes da pesquisa.

Categoria	Federal
Total de profissionais convidados	24
Instituições convidadas	6
Instituições participantes	2
Participação do questionário	13
Participação das entrevistas	4

Fonte: a autora (2021).

2.6 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A coleta e análise de dados são etapas muito importantes em uma pesquisa qualitativa, pois é a partir dela que o pesquisador pode aprofundar sua investigação (TRIVIÑOS, 2008).

A pesquisa teve foco na inclusão no Ensino Superior, considerando as percepções dos profissionais TILSP do exercício de sua atribuição profissional nessa etapa de ensino.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi considerado o universo de TILSP presente nas instituições, inicialmente solicitou-se a autorização instrucional (Anexo A). Após, realizou-se o contato com os sujeitos de pesquisa por correio eletrônico, especificamente via e-mail, cujos endereços foram buscados nas Instituições de Ensino Superior (IFES). A partir disso, foi enviado um convite para participar da pesquisa respondendo a um questionário (Apêndice A) e após o aceite, realizou-se uma entrevista do tipo semiestruturada por vídeo chamada.

Considerando que a pesquisa envolveu seres humanos, para estarem de acordo com os preceitos éticos, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C), que foi disponibilizado por meio digital, junto ao questionário enviado pelo *Google drive*.

A entrevista, definida por Minayo (2012), tem o objetivo de construir informações pertinentes para o objeto de estudo. O que, para Gil, consiste em “[...]”

uma forma de interação social” (2008, p.117). Trabalhar com entrevistas permitiu obter informações a partir do diálogo com o entrevistado e possibilitou compreender as reflexões do sujeito sobre a realidade que vivencia.

O questionário do tipo *On-line* ajudou na seleção dos entrevistados e a vantagem do seu uso é pelo fato de economizar tempo, atingir um maior número de pessoas e com maior liberdade de respostas em razão do anonimato, contudo, corre-se o risco de haver pouco retorno de respostas (GIL, 2008). O questionário intitulado “Percepções dos tradutores Intérprete de Libras (TILSP) sobre sua atribuição profissional no contexto do Ensino Superior” foi desenvolvido e validado conforme as etapas descritas por Oliveira-Castro et al. (1999): 1) escolha da técnica de coleta de dados; 2) levantamento e sistematização dos indicadores de suporte organizacional; 3) validação teórica do conteúdo; 4) validação semântica; e 5) validação empírica do conteúdo do questionário.

O contato com os sujeitos de pesquisa ocorreu através de *E-mail*, no qual foi disponibilizado o *Link* do questionário, o convite para participação e o Termo de Consentimento Livre esclarecido (TCLE). Encontra-se explicitado em formato de fluxograma a base das assertivas do formulário *Google Drive* que foi utilizada para a realização do questionário. A escolha por esse instrumento se deu pela obtenção de mais uniformidade nas respostas para serem facilmente processadas.

Em relação ao questionário, esperou-se que o maior número de TILSP registrassem sua participação, entretanto, se acontecesse ao contrário ou caso não houvesse colaboração, o referido instrumento passaria a ser tratado como uma “tentativa piloto” e seria aplicada de imediato a entrevista semiestruturada. A “tentativa piloto” ocorreu da seguinte forma: o questionário elaborado foi enviado para 24 pessoas; dessas, realizaram a devolutiva apenas 13. Os TILSP que responderam o questionário, foram convidados a participarem das entrevistas semiestruturadas, os quais totalizaram 4 colaboradores.

Para evitar a exposição dos participantes no questionário, eles foram identificados pelos números de 1 a 13, aleatoriamente. Assim, na seção de discussão, são apresentados: participante 1, participante 2 e sucessivamente.

2.7 MÉTODO DE ANÁLISE

Para a realização desta pesquisa fez-se o uso da **Análise de conteúdo** proposto por Bardin (2011). A autora o define como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoa e se aplica a discursos diversificados.

Optou-se por esse tipo de análise, pois é uma maneira de focar nas comunicações entre os sujeitos, no modo como as mensagens serão expostas pelos participantes, nos conteúdos produzidos por essas mensagens, possibilitando um olhar mais atento e uma escuta mais aguçada do pesquisador.

A análise de conteúdo é organizada em três etapas: a) Pré-análise, b) Exploração do material, c) Tratamento dos resultados, d) Inferência e e) Interpretação.

Na primeira etapa ocorreu a organização do material a partir de uma leitura do tipo flutuante, da formulação dos objetivos e das hipóteses que constituiu o corpus do estudo, não sendo rigorosamente nessa ordem, mas que esteja interligado entre si, tendo em vista o questionamento a respeito da percepção dos TILSP referente ao exercício de sua atribuição profissional.

Como primeiro momento da sistematização dos documentos, a leitura flutuante foi elencada para estabelecer o primeiro contato com os documentos, que ao longo do estudo se tornaram mais precisos e com as possíveis adaptações e aplicações.

A segunda etapa denominada de exploração do material consistiu na codificação, classificação dos dados coletados, ou seja, na escolha dos critérios que formaram um número significativo de informações que foram organizadas em categorias. Quais sejam: Elencaram-se 2 categorias de análise: 1) Os tradutores intérpretes de Língua de Sinais: aspectos históricos e 2) o tradutor intérprete de libras: aspectos legais e desafios profissionais.

2.8 QUESTÕES ÉTICAS

Para a realização desse estudo foi aplicado um questionário e uma entrevista semiestruturada com os profissionais TILSP das universidades públicas. Garantiu-se o anonimato dos participantes mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) e o Termo de Confidencialidade (TC) (Apêndice B).

Os procedimentos adotados neste estudo foram esclarecidos pela pesquisadora a fim de evitar dúvidas, bem como os riscos e benefícios desta pesquisa, podendo ser questionável a qualquer momento.

Os benefícios na participação desta pesquisa, foram diretos aos TILSP, na medida em que proporcionaram mais conhecimentos relativos à atuação profissional, possibilitada pela apresentação das experiências dos TILSP das diferentes instituições participantes do estudo.

Não houve nenhum problema externado pelos participantes em relação à pesquisa. Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, o participante teria direito à assistência gratuita que seria prestada pelas pesquisadoras, com esclarecimento de dúvidas, indicações de leituras e materiais orientadores. As estratégias e procedimentos utilizados para prestar esse atendimento, a problemas que sejam comprovadamente causados pela pesquisa, se daria por meio de esclarecimento de qualquer dúvida referente à pesquisa, explicação de termos e conceitos utilizados na pesquisa, indicação de leituras para complementar a prática, e também poderia orientar, caso necessário, a busca de outros acompanhamentos pertinentes a situação apresentada. Durante todo o período da pesquisa, o participante, teve a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento.

Concluindo, para manter o sigilo e privacidade dos participantes, a pesquisa foi desenvolvida de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 196/2012 (BRASIL, 2012) que dispõe sobre diretrizes e normas regulamentares de pesquisa envolvendo seres humanos, sendo submetida e aprovada ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM.

3 OS ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA PROFISSÃO

Neste capítulo são apresentados os principais aspectos históricos e legais da profissão de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais.

3.1 OS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS: ASPECTOS HISTÓRICOS

Os tradutores intérpretes de língua de sinais surgiram com a necessidade da comunidade surda precisar de um profissional específico que ajudasse na comunicação com as demais pessoas. Inicialmente, a atuação era realizada de modo informal, pois os pais ou familiares das pessoas surdas desempenhavam a função. No Brasil, por exemplo, para haver a formalização, foi preciso que a Língua Brasileira de Sinais fosse oficializada (GUALBERTO; FARIAS; DAL COSTA, 2018).

Assim sendo, os intérpretes surgiram no contexto de manifestações políticas, a oficialização da Libras é oriunda de vários movimentos surdos e ouvintes simpatizantes ou defensores da causa surda em busca do direito de terem sua língua materna como primeira língua (L1) e o reconhecimento do próprio status linguístico. A formação profissional desses profissionais, inicialmente ocorreu de maneira informal na década de 80, a partir da inserção de familiares de pessoas surdas ou interessadas no aprendizado da Libras (GUALBERTO; FARIAS; DAL COSTA, 2018).

É importante destacar que houveram os reflexos dos registros lexicográficos da língua de sinais no Brasil. De cunho educacional os primeiros registros foram pelo aluno do INES em 1875, por meio do primeiro dicionário “A Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos”. De cunho religioso, com o objetivo de catequisar ou doutrinar os surdos: em 1969 o padre Eugênio Oates publicou o livro “Linguagem das Mãos”; em 1987 a Igreja Batista publicou o manual de sinais “Comunicando com as Mãos”, e posteriormente, em 1991, publicou o material “O clamor do silêncio. Manual de sinais bíblicos” (este último usado ainda nos dias atuais); em 1992 a Associação Torre de Vigia dos Testemunhas de Jeová publicou o livro Linguagem de Sinais.

As publicações de cunho educacional são retomadas no final dos anos de 1990. Em 1998 no Paraná a SEED por meio da professora surda Karen Strobel publica o livro “Falando com as Mãos”. Em 2001, Capovilla, F. e Raphael, W. publica o Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais brasileira – Libras, com

revisões e ampliação do número de sinais em 2012 e 2017. Em 2005 e 2008 é publicado o primeiro dicionário eletrônico online de Felipe, T. com os Grupos de Pesquisas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e do INES, até atualmente disponíveis para consultas⁴.

De acordo com Quadros (2004), a presença dos primeiros intérpretes brasileiros foi em atividades religiosas, culminando com a referida década mencionada. Uma instituição filantrópica, que não visa lucros, cujo objetivo é promover a integração entre os surdos, bem possibilitar o desenvolvimento de atividades de cunho político, cultural, educacional, social e linguística da comunidade surda chamada FENEIS.

A FENEIS contribuiu para o reconhecimento da atuação profissional dos intérpretes, promovendo cursos, oficinas e encontros relacionados à área. Em 1988, foi realizado o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais; em 1992, ocorreu o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, proporcionando discussões e a votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes; em meados da década de 1990 foram ofertados cursos rápidos, com o objetivo de ampliar os conhecimentos e fluência em Libras (QUADROS, 2004). Em 1990, foram estabelecidas unidades de intérpretes, entretanto, mesmo com ações visando a oficialização da profissão, na formação do intérprete sempre havia o assistencialismo. Rosa (2005) argumenta que o aprendizado e a prática da Libras eram resultantes da inserção com a comunidade surda ou com organizações religiosas.

A partir da década de 1980, as Igrejas Protestantes foram o principal espaço de formação de intérpretes de Libras, pois lá surgiram os primeiros pesquisadores sobre o assunto. Os Protestantes luteranos e Batistas destacaram-se no trabalho missionário com o uso de Libras enquanto a Igreja Católica foi a pioneira na educação de surdos. Na Igreja Protestante surgiram os primeiros intérpretes e estudiosos da Língua, que tinham uma posição relevante na relação entre surdos e ouvintes, na sociedade de modo geral.

Fazendo um breve resgate histórico, na Idade Média o Surdo era considerado incapaz de ser educado e era considerado não-humano, nesse período os direitos

⁴ Disponível em: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais**. Acessibilidade Brasil, s/d. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

civis aos Surdos eram negados. Na Idade Moderna, com Pedro Ponce de Leon (um religioso) acredita-se ter sido o primeiro professor de Surdos, seu primeiro aluno foi Francisco Velasco (HAGUIARA-CERVELLINE, 2003).

Na Idade Contemporânea, os responsáveis pela introdução dos Sinais e pela educação institucionalizada para Surdos naquele país, foram o americano Thomas Gallaudet e o francês Laurent Clerc que fundou em 1817 o Asilo Americano para Surdos, em Hartford, dando forças para abertura de novas escolas; e os Estados Unidos também se converteriam 50 anos mais tarde que na França, formando a Língua Americana de Sinais (ASL) (HAGUIARA-CERVELLINE, 2003).

Com a morte de Clerc, houve uma transformação no uso da língua de sinais de forma que um século de trabalho se desfez em 20 anos. Havia uma contracorrente de professores e pais de crianças surdas com a ideia de que a educação desses deveria ser ensiná-los a falar. Mas, o mais importante e poderoso dos representantes “oralistas” foi Alexander Graham Bell (fonoaudiólogo britânico, cientista e inventor), que por um lado herdou uma tradição familiar de ensinar elocução e corrigir os impedimentos da fala (SACKS, 1998).

Para os Surdos, que lutam a fim de serem representados na sociedade com dignidade, em relação a oralização, a mesma apresenta-se como uma forma de não respeitarem os seus direitos como cidadãos. Ser oralizado, para muitos deles, é assumir esse lugar social do diferente de menor valor (FRANCO, 1996).

O oralismo de acordo com Goldfeld (2002, p. 34),

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilita a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte de desenvolver uma personalidade como de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade, à ‘não-surdez’.

Assim, esta forma de ensinar as crianças Surdas é considerada uma imposição social da maioria linguística predominante (ouvinte) sobre uma minoria linguística (os surdos) que se apresenta sem expressão diante da comunidade ouvinte (BUENO, 1998). Quando se obriga uma criança surda a se comunicar somente pela oralização, a ela não está sendo possibilitado o desenvolvimento dos aspectos linguísticos e cognitivos, o que, inevitavelmente, a deixa em déficit de grande abrangência.

Uma das características é a proibição no uso de gestos e sinais, e a língua oral é a única forma desejável para a comunicação,

O oralismo, nas diversas configurações, passou a ser amplamente criticado pelo fracasso em oferecer condições efetivas para a educação e o desenvolvimento da pessoa surda. Entre muitas críticas, aponta-se o fato de que, embora pretenda propiciar a aquisição da linguagem oral como forma de integração, esse trabalho educacional acentua, ao invés de eliminar, a desigualdade entre surdos e ouvintes quanto às oportunidades de desenvolvimento. Dificulta ganhos nas esferas linguística e cognitiva por exigir do surdo a incorporação da linguagem exclusivamente numa modalidade à qual este não pode ter acesso natural. E, na tentativa de impor o meio oral, interditando formas de comunicação visão-gestual, reduz as possibilidades de trocas sociais, somando, assim, obstáculos à integração pretendida (GOÉS, 1999, p. 40).

Assim, para os defensores do oralismo, a língua de sinais é um obstáculo para adquirir a língua oral, e a estimulação auditiva é bastante valorizada. Mas, o método da oralidade tem lacunas, pois esse não leva ao desenvolvimento esperado de fala, leitura orofacial, desenvolvimento de linguagem e habilidades de leitura. De acordo com Goldfeld (2002, p. 38) “a língua oral não dá conta de todas as necessidades da comunidade surda. No momento em que a língua de sinais passou a ser mais difundida, os Surdos tiveram maiores condições de desenvolvimento intelectual, profissional e social”.

Desta forma, Stokoe (1990), quando realizou o estudo sobre as línguas de sinais, de maneira geral, em seus resultados apontou que em relação ao aspecto linguístico apresentava as mesmas características da língua oral com capacidade para efetivar a comunicação entre pessoas.

Um importante colaborador para a educação dos Surdos foi o abade Michel de L'Épée, que ensinou os Surdos pobres a lerem através de uma combinação da língua de sinais com a gramática francesa (desenvolveu o Método Combinado). O seu grande mérito foi ter reconhecido que os Surdos possuíam uma língua que servia para propósitos comunicativos que ele usou para o ensino de Surdos. L'Épée construiu um sistema baseado na Língua de Sinais, criando outros Sinais para as palavras francesas que ainda não eram representadas pela Língua de Sinais, além de terminações que marcavam a gramática da língua oral (que são representados na Língua de Sinais ou por sua característica espacial ou por outras formas), dando o nome de Sinais Metódicos. Através desta forma modificada da Língua de Sinais ele

ensinava os surdos a ler e a escrever qualquer texto de forma gramaticalmente correta (SACKS, 1998).

L'Épée, foi o primeiro a conseguir que os Surdos se desenvolvessem na leitura e na escrita. E foi tão bem sucedido que foi fundada em 1755 a primeira escola para surdos, tendo seu método sendo publicado num primeiro livro por Sicard em 1779, e que em 1789 já havia gerado 21 escolas na França e na Europa (SACKS, 1998).

No Brasil, no ano de 1994, pelas diretrizes da Declaração de Salamanca onde contemplou o acesso, a permanência e aproveitamento de todos na escola, a inclusão de todos (UNESCO, 1994), direitos norteados pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A partir desta Declaração, a educação brasileira determina como linha de ação a “educação para todos”, promovendo a educação integrada e a reabilitação, apoiada pela comunidade, entre portadores de necessidades educativas especiais e demais alunos da rede regular de ensino. A publicação da Secretaria da Educação e Departamento de Educação Especial do Paraná (SEED/DEEIN) define a inclusão escolar como um processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas. A primeira escola para Surdos foi fundada em 1857, no Brasil, o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES).

Os estudos de Assis Silva (2012), mostraram que as atividades de evangelização com surdos tinham um papel missionário parecido com às atividades de missões quando integrantes de igrejas viajavam para outros locais, a fim de propagar o evangelho a outros contextos. A Igreja Batista tentou aproximar-se do mundo das pessoas surdas, adaptando-se ao contexto delas; também, a Igreja Testemunha de Jeová fundou congregações específicas para os surdos e era utilizada a Língua de Sinais, não necessitando de intérprete para as pregações, ao contrário das Igrejas Protestantes e Católicas.

Um aspecto relevante destacado por Assis Silva (2012) é que cada congregação adotava sinais específicos, por exemplo: nos Testemunhas de Jeová não há sinais de alma ou inferno, pois isso não faz parte do rol de suas crenças; para essas palavras são feitos os sinais que representam carne e sepultura. Outra curiosidade é que a palavra “cristão” nas três religiões é representada de maneira diferente.

A partir da década de 90 houveram reivindicações políticas para a promoção da educação bilíngue para pessoas surdas, nas quais a primeira língua que os surdos

aprendem é a Libras e o Português deve ser aprendido como segunda língua. O referido autor comenta em seus escritos que ainda nos dias atuais, a mobilização do ensino e aprendizado da Libras está aumentando significativamente, através de cursos de graduação, pós-graduação e de aperfeiçoamento.

Nesse sentido, a expansão do interesse se deve pelo reconhecimento legal da Libras, através da Lei Federal nº 10.436/2002 que entrou em vigor aos 24 dias do mês de abril (BRASIL, 2002), regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), aos 22 dias de dezembro.

Em síntese, as instituições religiosas foram protagonistas fundamentais para a consolidação dessa normatização jurídica da surdez e há uma relação histórica fundamental entre a Igreja Católica e os espaços que se associam pessoas surdas.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta o resultado deste estudo, bem como a análise dos dados obtidos através dos questionários e das entrevistas semiestruturadas, e os aspectos legais e desafios da profissão de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais.

RESULTADOS

Dos 24 e-mails enviados, obtiveram-se 13 devolutivas de resposta. Conforme pode ser observado, está indicado no canto superior esquerdo o número 14 referente às respostas (Fig. 01), porém deve ser considerado o total de 13 respondentes, pois uma das devolutivas é da própria autora do trabalho que realizou um teste para verificar a funcionalidade do link.

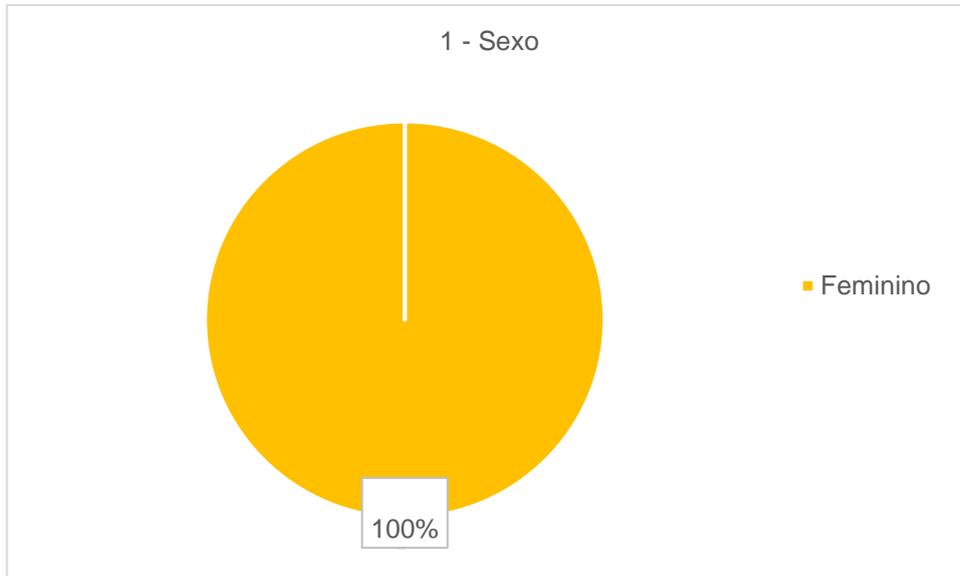
Figura 01: Layout do instrumento de coleta de dados



Fonte: a autora (2021).

Dos 24 e-mails enviados, obtiveram-se 13 devolutivas de resposta. Com base nas informações solicitadas no questionário, constatou-se que: 100% dos profissionais tradutores intérpretes de Libras são do sexo feminino (Gráfico 01).

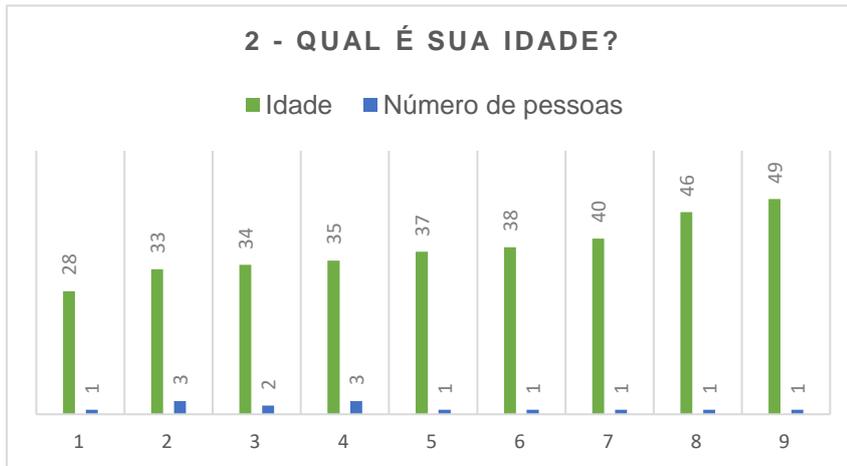
Gráfico 01: Gênero dos participantes



Fonte: a autora (2021).

Em relação a faixa etária dos intérpretes, participaram deste estudo mulheres de 28 a 49 anos de idade (Gráfico 02). Ao fazer uma análise da faixa etária, percebeu-se que os participantes não são tão jovens e isso, deve-se ao fato de que a própria atuação do tradutor intérprete é muito recente, considerando que a Lei que efetiva a Libras como uma língua específica é do ano de 2002 e a que trata do intérprete é oriunda de 2010; desse modo, a idade média dos participantes está atrelado com o aspecto histórico e legal da profissão.

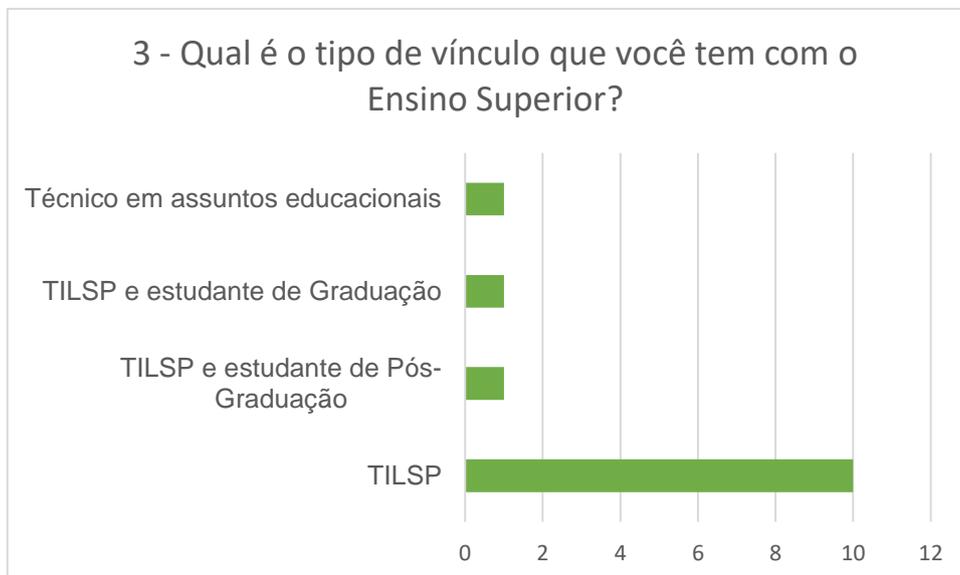
Gráfico 02: Faixa etária dos participantes



Fonte: a autora (2021).

Ao investigar sobre o tipo de vínculo que as participantes possuem com o Ensino Superior, notou-se diferentes categorias (Gráfico 03).

Gráfico 03: Vínculo com o Ensino Superior



Fonte: a autora (2021).

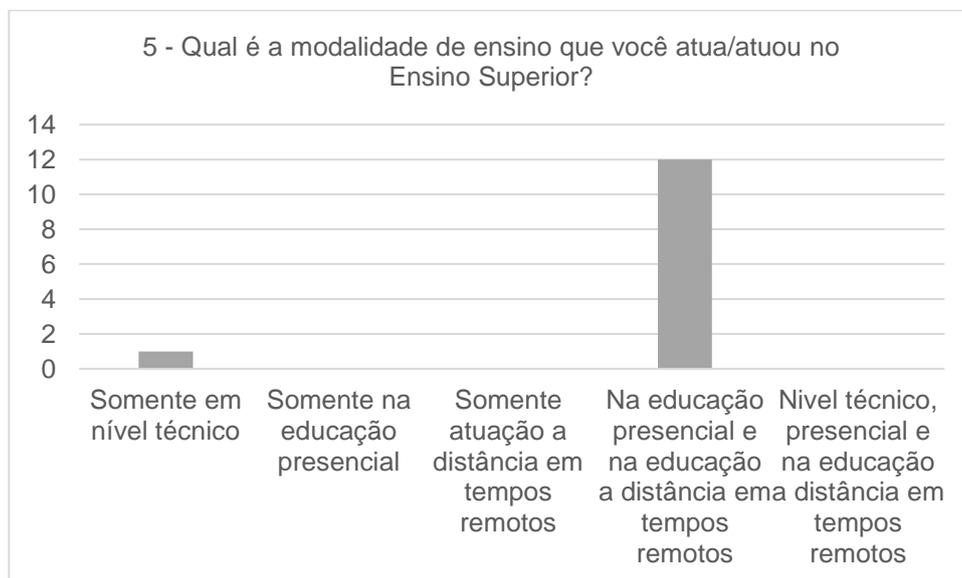
Ficou evidenciado que a maioria exerce a função de TILSP e somente, 1 participante é TILSP e estudante de pós-graduação, concomitantemente, ou seja,

esses profissionais além de atuarem efetivamente realizam algum curso de formação continuada.

No que diz respeito aos cursos que essas profissionais atuaram, foram mencionados os seguintes: Artes Visuais, Ciências da Computação, Desenho Industrial, Tecnologia da Informação, Educação Especial, Letras, Arquitetura e Urbanismo, Libras, Educação Física, Teatro, Terapia Ocupacional, Pedagogia, Psicologia, Designer, Desenho Industrial, Ciência Política, Letras, Engenharia de Alimentos, Mestrado em Ensino de Ciências, língua Inglesa e Língua Francesa, Filosofia, Sistema de Informação, Engenharia da Computação, Educação Física, Jornalismo e Publicidade, Medicina Veterinária, Enfermagem, Turismo, Gestão de Turismo, Gestão em Alimentos, Serviço Social, Psicologia, Direito, Educação Física (licenciatura), Teatro, Administração, Ciências Biológicas, Técnico em Administração, Contabilidade, Informática, Mestrado e Doutorado em Educação.

Ao perguntar sobre a modalidade de ensino as participantes atuaram no Ensino Superior, houve a predominância de duas (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Modalidade de ensino de atuação

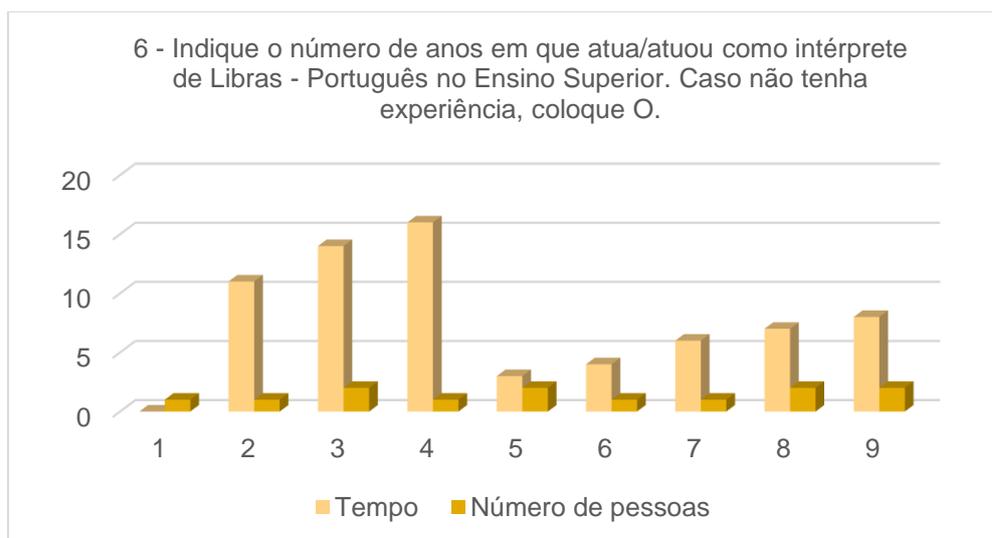


Fonte: a autora (2021).

As modalidades que ficaram evidenciadas foram: educação presencial e à distância em tempos remotos⁵ e a de nível técnico, tanto presencial quanto remota.

Outro aspecto levantado, foi o tempo de experiência profissional (Gráfico 05) que variou entre as participantes:

Gráfico 05 – Tempo de experiência profissional



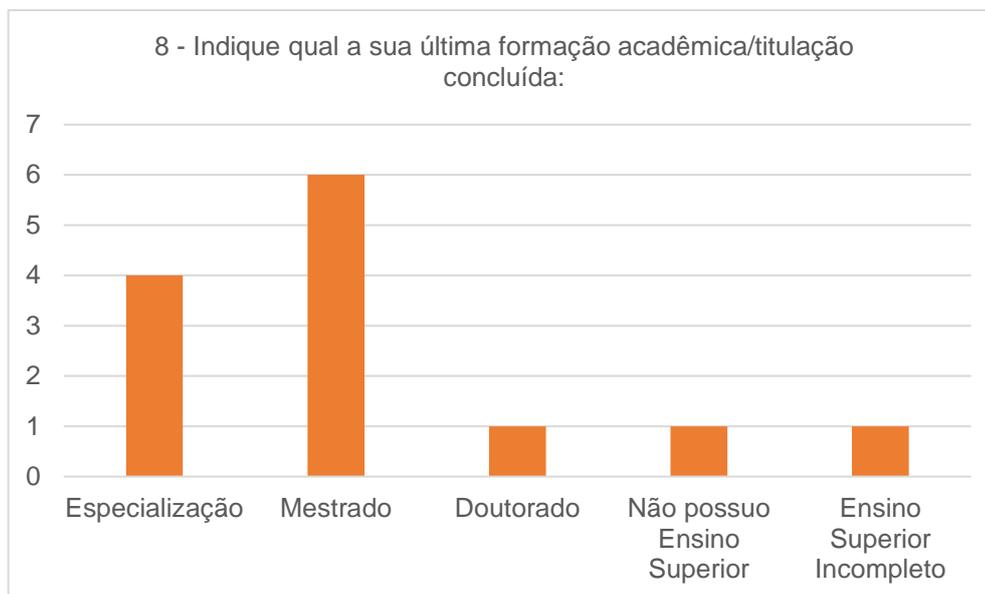
Fonte: a autora (2021).

Percebeu-se a prevalência de 3, 8 e 14 anos de experiência profissional no Ensino Superior, devido ao fato de que os tradutores intérpretes almejam ter uma formação mais qualificada, adentrando os espaços do Ensino Superior.

Posteriormente, questionou-se sobre a última formação acadêmica/titulação concluída (Gráfico 06):

⁵ A educação remota surgiu como uma possibilidade de ensino emergencial para a educação não parar totalmente, enquanto os estudantes não podem ir à escola, quem tem acesso à *Internet* pode receber materiais pelo *Whatsapp* ou por plataformas educacionais. Quem não tem o acesso, recebe as aulas em formato impresso.

Gráfico 06 – Última formação acadêmica/titulação concluída



Fonte: a autora (2021).

Apenas 6 concluíram o Mestrado, 4 realizaram a Especialização, 1 possui o Ensino Superior Incompleto e 1 não possui Graduação.

Anonimamente, foram relatadas experiências profissionais consideradas marcantes durante a trajetória de cada uma. Selecionaram aqui, os 4 excertos de respostas considerados mais relevantes:

Participante 2: “Não consigo lembrar de uma em específico, mas tenho várias memórias do reconhecimento profissional, ou seja, quando o estudante surdo dá feedback de sua compreensão, agradece e reconhece a importância do TILS durante o seu percurso acadêmico. Isso é meio incomum de acontecer, haja vista que o reconhecimento profissional do TILS é muito pouco valorizado”.

Participante 4: “Um evento internacional onde tinha intérprete da língua inglesa e eu. Foi um dos primeiros eventos em que eu trabalhei. Lembro até hoje”.

Participante 9: “O que mais me marcou nos últimos tempos foi acompanhar a formatura de uma aluna que interpretei durante a graduação”.

Participante 11: “Marcante negativamente: as lives sobre áreas desconhecidas na pandemia. Marcante positivamente: traduzir no Mestrado para uma pesquisa sobre inclusão”.

Pelas respostas, constatou-se que o reconhecimento profissional é muito importante para esses profissionais, além da participação em eventos internacionais, formaturas e oportunidade de trabalho no âmbito de pós-graduação.

Um aspecto que foi levantado como negativo é a presença de *lives* sobre as áreas desconhecidas no período da pandemia. O aspecto negativo, provavelmente se deu pela dificuldade em encontrar os itens léxicos por falta de conhecimento da área, e também porque em algumas áreas não existem sinais específicos e isso faz com que o tradutor tenha que “soletrar”, em algumas situações, tornando o trabalho mais árduo e dificultoso.

Sabe-se que a carreira de intérprete de Libras foi delineada por aspectos históricos e legais, então, questionou-se sobre o conhecimento das colaboradoras sobre os fatos históricos que marcaram a história da profissão (Gráfico 07):

Gráfico 07 – Conhecimento dos aspectos históricos



Fonte: a autora (2021).

Com base nos resultados, 85% conhecem a história da profissão em destaque, enquanto aproximadamente 15% tem o conhecimento parcial. Na questão seguinte, as colaboradoras foram convidadas a justificar quais foram os conhecimentos que

tinham, os quais são demonstrados através dos principais fragmentos de respostas selecionados, excluídas repetições...

Participante 1: *“Na década de 80, após o movimento da escola bilíngue, começou a ter o movimento para se ter Intérprete de Libras. Essa profissão já era conhecida no INES, mas não em outros espaços da sociedade. Hoje esse profissional tem mais visibilidade e necessidade desses profissionais em vários espaços”.*

Na resposta, foi dado destaque para a década de 80 e foi realizado um paralelo com os dias atuais.

Participante 2: *“O início da atuação foi de forma voluntária em igrejas e com o passar dos anos a atuação foi sendo reconhecida como profissão, porém até hoje percebemos cotidianamente que há dificuldades para ser visto e respeitado como profissional. Muitas vezes somos vistos como aquele que ajuda o surdo, aquele que tem um dom e um caráter assistencialista e não como um profissional que atua na mediação linguística”.*

Na segunda resposta, foi comentado que o início da atuação profissional estabelece relações com a religiosidade e que até os dias de hoje o intérprete é considerado um ser iluminado que possui um dom e a sua profissão assume caráter assistencial.

Participante 4: *“Isso é uma coisa que lembro da minha infância quando a profissão de intérprete se tornou oficial, e abriram o primeiro exame do ProLibras, algumas conhecidas minhas que já eram mais velhas foram realizar a prova. É algo que ficou marcado pra mim, porque a vida inteira quem teve que fazer o papel de intérprete em casa era eu e quando isso aconteceu fiquei muito feliz pela oportunidade para as pessoas que queriam se qualificar como intérpretes e para os surdos que iriam ter uma interpretação de qualidade e não caseira”.*

No terceiro fragmento, foi citado o ProLibras⁶ e no quarto, a participante fez um resgate dos fatos ocorridos na década de 90 com ênfase na formação do intérprete e no ano de 2008, com o advento do curso de Bacharelado em

⁶ É um programa nacional que realiza exames para a obtenção de dois tipos de certificados: “Certificado de Proficiência no Uso e Ensino da Libras” e “Certificado de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa”. A certificação do ProLibras pode ser considerada um título que prova a competência e proficiência para o ensino ou interpretação e tradução da Libras. Disponível em: <https://www.libras.com.br/prolibras>.

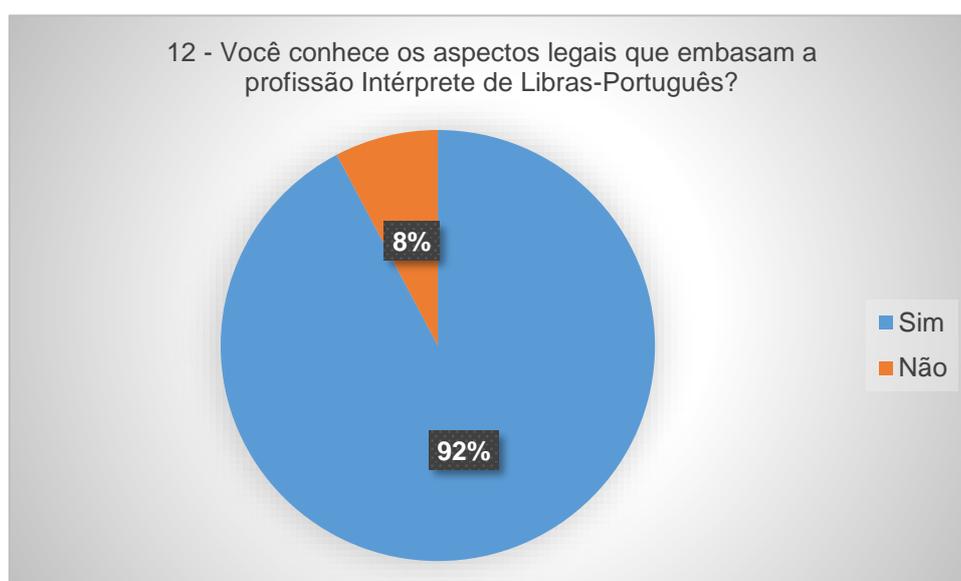
Letras/Libras, criado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Por fim, recordou-se do advento do Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

Participante 10: *“Em relação do Brasil aos primeiros cursos de formação apareceram nos fins dos anos 90 com formação de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) pelo país, isso talvez devido a implementação de filiais da FENEIS por vários estados, contudo estes cursos eram de curta duração. Em 2008, a Universidade Federal de Santa Catarina, cria o curso de Bacharelado em Letras/Libras, na modalidade à distância com 450 vagas distribuídas em 15 polos pelo país. Esse desenvolvimento para uma melhor formação intelectual do intérprete só se deu depois do decreto nº 5.626/2005, pois a partir dele houve um avanço nas políticas linguísticas em arrolamento a Libras, proporcionando, gradativamente, com que ela alcançasse o seu lugar como objeto de estudos científicos”.*

Assim sendo, a maioria afirmou ter conhecimento da história da profissão, no entanto, nenhuma participante pontuou todos os marcos históricos existentes, limitando-se aos que julgavam principais, sendo que a questão dava possibilidade para comentar sobre os aspectos históricos.

A próxima questão referiu-se ao conhecimento dos aspectos legais das participantes (Gráfico 08):

Gráfico 08 – Conhecimento dos aspectos legais



Fonte: a autora (2021).

Conforme explicitado, 92% conhecem esses aspectos, enquanto 8% desconhecem. Apenas uma colaboradora forneceu uma resposta vaga:

Participante 1: *“Faz pouco tempo que essa profissão é reconhecida de forma legal, tem muitas normativas, e decretos que amparam essa profissional, mas a lei ainda está sendo construída, e o que mais se usa ainda infelizmente é “o bom senso”.*

Como se pode observar, a participante não citou as normativas, decretos nem as leis. Somente comentou que existem.

Nas demais respostas, foram mencionadas as seguintes leis, decretos e projetos:

Participante 2: *“Lei 10.436 de 2002 que reconhece a Libras como língua, o Decreto 5.626 que regulamenta a Lei anterior, a Lei 12.319 de 2010 que regulamenta a profissão do TILS e a Lei 13.146 que traz sobre o TILS ser um profissional de nível superior. E ainda há um Projeto de Lei que está em trâmites legais para aprovação que prevê 30hs semanais, revezamento de 20 em 20 minutos e nível superior”.*

Participante 3: *“Decreto 5626/2005”.*

Participante 6: *Lei 12.319 que regulamenta profissão, Lei 10.436 que reconhece a Libras como língua, o Decreto 5.626 que regulamenta a lei 10.436, a lei 13.146 que traz alguns aspectos da atuação do Intérprete de Libras.*

Participante 10: *“Lei Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. A lei 12.319 de 01/09/2010, que regulamenta a profissão de interprete/tradutor, ele prevê algumas exigências para profissão:*

- *Curso superior em tradução e interpretação com habilitação em libras (língua portuguesa);*
- *Nível médio com formação em cursos (obtida até 22 de dezembro de 2015) de educação profissional reconhecidas pelo sistema que os credenciou, ou curso de extensão universitária, formação continuadas;*
- *Certificado de proficiência, fornecido até o dia 22 de dezembro de 2015, pela União”.*

É importante ressaltar que das 13 respostas, selecionou-se apenas as 4 consideradas mais relevantes, sendo 3 julgadas como mais completas e 1 como a resposta mais incompleta. Novamente, verificou-se que todas as participantes

afirmaram conhecer os aspectos legais, todavia, quando foi solicitado para comentarem, foi abordado de maneira parcial e não em sua totalidade.

Ao analisar as respostas tanto da questão referente aos aspectos históricos quanto a questão dos aspectos legais, analisou-se que de fato, o conhecimento dos aspectos legais é importante, pois como cidadãos é imprescindível ter ciência dos direitos e deveres que permeiam a profissão, bem como também é de extrema relevância conhecer o embasamento histórico, devido o seu potencial formativo e reflexivo que subsidiou a árdua trajetória deste campo profissional.

Quando se abordou sobre as aproximações entre a atuação profissional no Ensino Superior e os aspectos legais vigentes, 11 das 13 participantes colocaram alguma aproximação. Apenas 2 responderam que não enxergavam algum tipo de relação.

Participante 6: *“A lei que regulamenta a Libras e o decreto possibilitam o reconhecimento do intérprete em sala de aula e o incentivo ao reconhecimento da profissão pela lei 12.319, mas ainda há divergências do Nível do Cargo que cita a LBI para o que realmente acontece na atuação de instituições de Ensino Superior”.*

Participante 11: *“Percebo que atualmente os surdos estão mais atuantes e inseridos no ambiente acadêmico e na pós-graduação se compararmos à 10 ou 20 anos atrás”.*

Participante 12: *“Me parece de acordo a formação, atuação em dupla e revezamento”.*

Participante 13: *“Somente questões de deveres, de ética e responsabilidades”.*

Ao tratar sobre os distanciamentos entre a atuação profissional no Ensino Superior e os aspectos legais de hoje em dia, na unanimidade foram elencados os tipos de distanciamento. Assim, observou-se mais distanciamentos do que aproximações na resposta do conjunto de participantes, percebendo em todas as respostas uma relação dicotômica entre as questões teóricas mencionadas nos aparatos legais e os aspectos práticos vivenciados no cotidiano da profissão.

Participante 7: *“Agora é exigido que se tenha Ensino Superior, no entanto a remuneração não é conforme a exigência”.*

Participante 12: *“Carga horária de 40 horas, que deveria ser 30 de acordo com a nova lei”.*

Participante 2: *“Percebo que por ser uma profissão relativamente nova há esses entraves entre a legislação e a atuação profissional. Ainda acredito que a profissão está muito relacionada a caridade, benevolência e não temos o respeito e o reconhecimento adequado”.*

Participante 4: *“Porém (continuando a resposta acima) nossa profissão não é regulamentada, e existe uma falta muito grande de intérpretes nas instituições, principalmente na que eu atuo e pela lei seria obrigatório que pudéssemos ter profissionais pra atender todas as demandas certo? Por exemplo no HUSM, deveria haver profissionais para atender exclusivamente lá, por ser um hospital público, mas daí temos que dividir nossa demanda dentro do Ensino Superior, por não haver profissionais para atender essas demandas, outra coisa também é a falta de mão de obra qualificada. Acho que ter um curso de graduação é importante, mas esperar 4 anos pra preencher vagas que precisam ser preenchidas com urgência é algo que deve ser repensado”.*

Dentre os distanciamentos, se forem descritos por tópicos, percebe-se que no quesito formação, remuneração, atuação e atribuições profissionais, são aspectos trazidos pelas participantes que não se aproximam da legislação atual.

A próxima questão elencada foi a respeito das dificuldades encontradas na profissão:

Participante 1: *“Falta de revezamento, tempo de estudo para a atuação como terminologias e sinais existentes, esgotamento físico e mental na atuação por horas seguidas de atuação, falta de uma normativa técnica para a atuação no Ensino Superior, falta de amparo por parte da chefia, falta de reconhecimento como um profissional de tradução de língua estrangeira...”.*

Participante 6: *“Falta de conhecimento da função, que, muitas vezes, é confundida como a função de docente, também falta de parceria do trabalho em conjunto com o professor da sala de aula, ou em palestras que esquecem de enviar material com antecedência para que possa ser estudado o assunto, e a carência de profissionais para atender as demandas”.*

Participante 9: *“A principal dificuldade é a falta de acessibilidade atitudinal, pois alguns profissionais, principalmente os professores não são preparados para ensinar os alunos surdos, a Lei prevê o direito a intérprete, mas não capacita os professores, causando vários equívocos”.*

Participante 12: *“A falta de entendimento sobre o papel e atuação do tils por parte da comunidade acadêmica em geral (por vezes dos próprios alunos) em especial, pelos docentes”.*

Nas respostas, destacam-se: a confusão que realizam entre o papel do professor e do intérprete, a falta de conhecimento da função, incluindo a questão salarial, privação de direitos e dificuldades técnicas que acompanham as práticas desenvolvidas.

Por fim, perguntou-se sobre a importância do profissional no âmbito do Ensino Superior:

Participante 1: *“Sim, é um profissional que media a comunicação entre duas línguas distintas, além de proporcionar a formação profissional para os sujeitos surdos se tornarem um sujeito autônomo e autossuficiente”.*

Participante 4: *“Sim, sem os intérpretes alguns alunos jamais conseguiriam ter acesso ao conteúdo em sala de aula”.*

Participante 6: *“Sim, pois é o profissional que faz a mediação da língua que os surdos acessam para a língua portuguesa e vice-versa, possibilitando, assim aos surdos ingressarem no Ensino Superior e poderem ter uma formação e uma profissão”.*

Participante 12: *“Importantíssima, essencial, assim como em todos os âmbitos e setores do serviço público. Sem a atuação do tils não há acessibilidade linguística e não é respeitado e garantido o direito a educação para todos”.*

Na unanimidade todas as participantes acreditam na importância e na relevância do trabalho do tradutor intérprete de Libras no Ensino Superior, considerando-se como profissionais insubstituíveis, essenciais que podem contribuir na garantia do direito à educação para todos.

Além dos intérpretes de Libras serem essenciais e insubstituíveis, a educação é um processo complexo e de acordo com Morin (2015), implica em um manifesto para mudar a realidade educativa que se instaura na sociedade. O autor utiliza da expressão “ensinar a viver”, inspirado em Rousseau e acredita que tudo o que se espera da escola, é que ela ensine o aluno a aprender a viver. Infelizmente, o Ensino Superior:

[...] não fornece os meios que permitem conhecer a si mesmo e compreender o próximo. Não fornece a preocupação, o questionamento, a reflexão sobre a boa vida ou o bem-viver. Ela não ensina a viver senão lacunariamente, falhando naquela que deveria ser sua missão essencial (MORIN, 2015, p. 54).

Trazendo para o contexto atual, na maioria das vezes o TILSP é contemplado como um mero tarefeiro, comparado a um “robô”, que entra e sai de *lives*, *cumpr*e suas atividades já no modo automático, o que acaba comprometendo o seu estado emocional. Entretanto, mais do que interpretar, os TILSP também necessitam “saber viver” nesse período conturbado e se alinhar emocionalmente, ressignificar seu trabalho atribuindo sentido e significado, mostrando as possibilidades, incertezas, conduzindo o surdo a experienciar os processos de aprendizado com liberdade e autonomia.

4.1 O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: ASPECTOS LEGAIS E DESAFIOS PROFISSIONAIS

A sigla TILS significa Tradutor Intérprete de Língua de Sinais, cujo profissional auxilia na comunicação entre as pessoas ouvintes e surdas, também conhecido como Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), que é o profissional responsável pela tradução de textos envolvendo diversos suportes de registros, considerando o envolvimento das línguas no processo de tradução, compreensão e interpretação das mesmas.

A lei pioneira que previu a presença do TILSP nos espaços socioculturais, com a presença de surdos, foi a Lei de Acessibilidade nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. No artigo 18 é assumido o compromisso de implantação de programas de formação de intérpretes de Libras; além disso, mais que regulamentar o referido artigo, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, também tornou obrigatória a presença do intérprete nas instituições de ensino, em todos os níveis em que houvesse alunos surdos matriculados.

Já no artigo 14. está explícito que as instituições federais de ensino devem garantir, de modo obrigatório, às pessoas surdas o acesso à educação, comunicação, entre outras necessidades, em todos os processos seletivos realizados, nas atividades e nos conteúdos curriculares propostos em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, desde a educação infantil até o Ensino Superior (BRASIL, 2005).

Assim, com a atuação dos intérpretes, os alunos migraram das instituições especializadas rumo às escolas comuns para terem atendimento. Em 2008, foi um

ano muito importante, pois esses profissionais se organizaram em associações regionais, resultando na criação da Federação Nacional, na Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), com o apoio do órgão internacional que representa essa profissão mundialmente, a *Word Association of Sign Language Interpretes* (WASLI) (GUALBERTO, 2018).

Somente no ano de 2008 que a formação passou a ser em nível superior, com a abertura do curso a distância em Letras-Libras – Bacharelado, pela Universidade Federal de Santa Catarina. No Brasil, a oficialização da profissão aconteceu com a promulgação da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que a regulamentou.

A respeito da formação profissional do TILSP, a participante 10 argumenta:

“[...] no Rio Grande do Sul é muito complicada. [...] a formação é muito precária, [...] tudo você paga os cursos. Fica uma vida inteira estudando, pagando, [...] e indo pra fora, porque se eu não estou numa capital, tenho que sempre ir pra fora estudar”.

Sobre a importância do profissional ter Ensino Superior, “10” defende:

“[...] acho muito importante ter uma graduação porque: “a gente” tem o projeto de lei para ser aprovado onde já passou na Câmara e vai para o Senado, onde ele coloca a formação do TILS [...] e eu acho que sim, porque você trabalha em um curso de Ensino Superior, [...] com diferentes áreas [...] que você tem que estar preparado”.

Acrescenta ainda mais:

“[...] quanto mais você se especializar, tiver qualidade no seu trabalho, você vai fazer um bom trabalho como um profissional e você só consegue isso estudando com graduação, pós-graduação e assim por diante”.

Nesse viés, “7” dá sua contribuição sobre a importância da graduação:

“Sim, uma vez que “a gente” atua no nível superior e “a gente” precisa de um certo conhecimento, né e um embasamento para muita coisa”.

A colaboradora “5” argumenta:

“Eu não acho importante eu acho fundamental, é uma coisa necessária como toda e qualquer profissão, né, a pessoa tem que ter uma formação na área para trabalhar com aquilo ali”.

Nessa direção, “6” contribui dizendo:

“É importante “a gente” estar sempre se atualizando. [...] Eu acho importante, principalmente a gente que tá atuando no Ensino Superior”.

No contexto atual, a partir do advento da inclusão e da Lei de Libras 10.436/2002 (BRASIL, 2002) é comum ter estes profissionais em espaços públicos ou privados, principalmente de cunho educacional, tendo em vista que o aluno surdo que utiliza a Libras possui direito ao TILSP desde a fase escolar inicial até a educação superior.

O intérprete ganha protagonismo no cenário das políticas educacionais, cuja função é oportunizar a acessibilidade linguística aos surdos no processo inclusivo. No entanto, apesar dos avanços obtidos no aspecto legal, sobretudo a partir da oficialização da Libras em 2002, as lacunas referentes à educação em relação a efetividade da atuação desse profissional em contextos acadêmicos ainda existem.

Os fatores da ausência do intérprete no Ensino Superior, decorrem desse cenário de inclusão, da escassez de concursos públicos voltados à área e, para acrescentar, com o advento do Decreto n. 10.185, de 20 de dezembro de 2019, do Governo Federal, houve a vedação da abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os profissionais da área (BRASIL, 2019).

No que tange o conhecimento dos TILSP acerca das políticas públicas vigentes, “10” conta:

“[...] são poucas, né? [...] tem o decreto, agora tem esse projeto de lei, [...] tem a FEBRAPILS ali que traz algumas instruções normativas, né, de revezamento, de trabalho remoto, mas são poucas as iniciativas de políticas públicas”.

A entrevistada “7” responde que sim e complementa:

“[...] tem a lei de como é a questão da formação, daí agora a lei de libras que exige a graduação, mas daí “a gente” entra na questão do que está sendo exigido e o que está sendo remunerado [...]”.

Nesse questionamento, a colaboradora “5” afirma:

“Algumas sim, mais legislação mesmo assim e eu conheço as políticas de inclusão, não tão profundamente”.

A participante “6” menciona:

“As leis “a gente” conhece, né, tanto a lei e os decretos que legalizam a língua, legalizaram a nossa formação, alguns direitos do intérprete, mas não profundamente”.

Apesar das participantes afirmarem que conhecem as políticas públicas voltadas ao trabalho do TILSP, sentiram dificuldade em nomeá-las e falar com detalhes sobre cada uma delas, citando apenas aquelas que recordavam.

Além do protagonismo no cenário das políticas públicas educacionais, o intérprete de língua de sinais ganha destaque em estudos científicos que culminaram em teses e dissertações entre o período de 1990 e 2010 (SANTOS, 2013). Entre 2011 a 2018 houve um aumento de teses e dissertações (SANTOS, 2013), o que implica em indícios de tentativa acadêmica para buscar soluções às lacunas que emergiram com as políticas públicas lançadas.

O TILSP tem a função de intermediar a comunicação entre as pessoas ouvintes e com deficiência auditiva, ou entre surdos, através da Língua Brasileira de Sinais e o próprio idioma Português. Esse profissional pode atuar em instituições educacionais promovendo o acesso dessas pessoas ao ensino e aos conteúdos curriculares e outros espaços públicos contribuindo na qualidade de atendimento das pessoas que necessitam. A atuação do TILSP é muito ampla, pois atua em muitas esferas (jurídica, saúde, conferências, entre outras) e neste trabalho, destaca-se a atuação na esfera educacional.

A Lei nº 12.319/2010 (BRASIL, 2010) que vigorou ao primeiro dia do mês de setembro, regulamentou a profissão e determinou a formação desse profissional. A função principal desse profissional é como o próprio termo especifica: é de interpretar Libras para outro idioma ou vice-versa; é necessário que ele domine Libras e a língua falada do país, necessitando apresentar qualificação para realizar o trabalho. Além disso, é preciso dominar os processos, modelos, estratégias e técnicas de tradução e interpretação, bem como ter a formação específica na área de sua atuação.

No ano de 2015, aos 6 dias de julho foi instituída a Lei nº 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015). No Capítulo IV intitulado “Do direito à educação”, no artigo 28, parágrafo segundo está explicitado que na disponibilização de tradutores e intérpretes de Libras é necessário observar dois aspectos que estão expostos em dois incisos.

No primeiro inciso consta que os profissionais tradutores e intérpretes de Libras que atuam na educação básica, devem, minimamente, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras. A seguir, no segundo inciso, os tradutores e intérpretes de Libras, quando receberem a incumbência de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem ter formação superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Infelizmente, muitas pessoas confundem a função do intérprete, com um professor e desconhecem que a categoria profissional possui código de ética, respaldo, FEBRAPILS, associações de pessoas surdas, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Federação Mundial dos Surdos, etc.

Considerando a falta de clareza sobre a atuação profissional do TILSP nos processos de ensino e aprendizagem, Lima (2018) buscou entender de que forma as estratégias de ensino utilizadas pelos professores contribuem para a aprendizagem de acadêmicos surdos nos Cursos de Graduação da UFSM, considerando que cada professor tem uma maneira de ensinar e os alunos apresentam estilos de aprendizagem individuais. Foram entrevistados em Libras os acadêmicos e os professores por meio de questionários *On-line*.

Observou-se que é de suma importância o protagonismo e o interesse dos professores em aprofundar seus conhecimentos a respeito da comunidade surda, não só dependendo do trabalho do TILSP, mas reconhecendo as diferenças individuais, motivando os alunos a permanecerem no curso, enfatizando a importância da aplicabilidade dos conteúdos em suas trajetórias profissionais, estimulando e criando situações de aprendizagem.

Percebeu-se que ser professor é algo complexo, pois os alunos demandam aulas inovadoras, no entanto, as estratégias de ensino utilizadas pelos docentes não são suficientes para que os alunos surdos tenham condições de acompanhar os conteúdos, tendo em vista que o foco da aprendizagem dos surdos limita-se somente as habilidades cognitivas e não com o objetivo à garantia da permanência e da conclusão dos estudos dos acadêmicos surdos que ingressam na Educação Superior.

A formação do TILSP está em processo e as capacitações técnicas são ofertadas ao nível de bacharelado e pós-graduação Lato Sensu. Como exemplo de bacharelado, existe o curso de Letras Libras Bacharel no qual o foco é a tradução e a interpretação.

O que existia na formalidade para ingresso dos TILSP na atuação profissional, era o Exame Nacional para Certificação de Proficiência no Ensino de Libras e para a Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa. O Prolibras consistia em ser uma prova aplicada para conceder a certificação as pessoas fluentes em língua de sinais, propiciando a proficiência na língua. As provas possuíam dois níveis: o primeiro avaliava o conhecimento para o ensino de Libras e a outra mediava conhecimento para a interpretação da língua. Era aplicada pela

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP).

O Prolibras foi uma iniciativa emergencial devido à falta de cursos e profissionais, o qual perduraria no prazo de 10 anos devido exigências legais, tendo a realização de 1 prova por ano. Após isto, o mesmo encerraria, pois acreditava-se que seria tempo suficiente para a formação de profissionais em cursos de Letras Libras e a criação do mesmo. A última oferta ocorreu no ano de 2015, encerrando o prazo de validade, porém, ao contrário do que se previa, ao todo foram realizados 7 exames a nível nacional⁷.

O referido profissional pode ser contemplado a partir da perspectiva acolhedora, por estar familiarizado com a Libras; é considerado o mediador da comunicação entre a pessoa surda e a ouvinte, pois sem ele não é possível haver uma comunicação satisfatória com a pessoa surda. Além disso, sua presença em espaços educativos é imprescindível para mediar o acesso aos conhecimentos para que os estudantes surdos do ensino regular obtenham êxito nos processos de aprendizagem.

Para obter sucesso na profissão, é necessário que o intérprete seja bilíngue, mas não basta apenas ter o conhecimento limitado a Libras, pois é importante que haja fluência, a fim de se tornar um profissional versátil para interpretar da Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa.

Os sinais emergem da combinação de configurações e orientação de mão, movimentos e de pontos de articulação e possuem dupla função na LIBRAS, pois além de transmitir sentimentos, executa uma importante função gramatical nos níveis morfológicos, morfossintáticos e semânticos.

Nessa direção, se o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) fosse cumprido, a presença deste profissional precisaria estar em órgãos públicos, hospitais e escolas.

Durante a trajetória profissional, o intérprete encontra desafios na profissão, principalmente quando o aluno desconhece a Libras. Outro fator é a inexistência de múltiplas possibilidades para o seu exercício profissional, pois lida com a baixa remuneração e difícil acesso a cursos de formação na área. Esse conjunto de desafios

⁷ PROLIBRAS. **PROLIBRAS** – O que é PROLIBRAS? Disponível em: <http://libras.com.br/prolibras>. Acesso em: 03 ago. 2021.

resulta na falta de profissionais ou na desistência profissional, principalmente daqueles que interpretam em disciplinas que ainda não possuem sinais específicos.

Há casos de coexistência do professor e intérprete em sala de aula, o que pode acarretar confusões de papéis, pois geralmente o professor acredita que é a função e responsabilidade do intérprete o aluno surdo, inclusive pelas notas. Ao interpretar a Língua Portuguesa, o TILSP precisa solicitar ao professor o material com antecedência para melhor desenvolvimento de seu trabalho em sala de aula, a fim de evitar questionamentos de termologias específicas que concedam tempo dos colegas e professores, é necessária uma interação entre professor e TILSP.

No ano de 2017, foi elaborado o projeto de Lei nº 9.382⁸ que dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor (BRASIL, 2017), guia-intérprete e intérprete de Libras; esse PL revoga a Lei nº 12.319/10, na qual está explicitado que a profissão do tradutor e intérprete de Libras nos termos em que está expresso, causa desvalorização, bem como insegurança na atuação do profissional, segundo a justificativa (BRASIL, 2017).

A jornada de trabalho será de 6 horas diárias ou de 30 horas semanais e o trabalho de tradução e interpretação superior a uma hora de duração deverá ser realizado através de revezamento, com dois profissionais, no mínimo (BRASIL, 2017). A esta profissional, cabe interpretar em Libras as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições educativas nos níveis fundamental, médio e superior, bem como viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, entre outras atribuições.

De acordo com o projeto de Lei, o exercício dessas profissões será provado para: bacharéis em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa; bacharéis em outras áreas que, na data de publicação da lei, tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa; bacharéis em outras áreas que possuam diplomas de cursos de extensão, formação continuada ou especialização, e tenham sido aprovados em

⁸ BRASIL. Projeto de Lei n. 9382, de 2017. **Dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogando a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2166683>. Acesso em: 21 jul. 2020.

exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa; profissionais habilitados conforme a legislação anterior; profissionais que comprovarem atuação de 5 anos; e portadores de certificado de exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

O projeto em regime de prioridade e foi analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aos 24 dias de abril de 2019 os profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras e outras entidades, realizaram uma grande mobilização nacional para aprovação em regime de urgência do projeto de lei nº 9.382/2017 (BRASIL, 2017). Com a assinatura de mais de 250 deputados, eles garantiram a aprovação da urgência na apreciação do Projeto.

O projeto de lei nº 9.382/2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) já passou por algumas comissões na Câmara e as Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) lutam para debater a relevância da aprovação do referido Projeto.

Em setembro do ano de 2019, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou a proposta que exige formação em nível superior obrigatória para o exercício de tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras.

O texto recebeu aprovação em forma de um substitutivo da deputada Professora Marcivânia do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) da Prefeitura de Santana (AP) ao projeto de Lei nº 9.382/17. Contrariamente ao projeto, que revoga a lei nº 12.319/10 (BRASIL, 2010), a deputada optou pela alteração da norma para exigir formação em nível superior específica para a profissão, segundo a Agência Câmara de Notícias (2019).

Segundo Marcivânia, não é preciso revogar a lei existente e sim fazer algumas alterações pontuais, pois a mesma possui uma importância histórica para o reconhecimento das atividades dos intérpretes. De acordo com Brasil (2010), o exercício da profissão dos intérpretes é privado às pessoas que tenham a seguinte formação mínima:

- bacharelado em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa,

- bacharelado em Letras com habilitação em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa,
- cursos superiores em outras áreas e diplomas de extensão, formação continuada ou especialização com o mínimo de 360 horas, além de aprovação em exame de proficiência.

O texto aprovado mantém o exercício da profissão de quem não tem formação superior, mas foi habilitado nos termos da legislação vigente e possui diplomas de cursos de extensão ou formação continuada na área. A deputada mencionou que a boa formação profissional é de suma importância para garantir a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e para a efetiva participação como cidadãos na sociedade.

Ainda, no texto que recebeu aprovação, também determina jornada de seis horas diárias ou 30 horas semanais para os referidos profissionais. Nos casos de tradução e interpretação superior a uma hora de duração, é exigido o revezamento de, no mínimo, dois profissionais. Ademais, inclui na legislação a profissão de guia-, que domina a comunicação utilizada por pessoas com surdo cegueira. A proposta intérprete está em trâmites legais e foi encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ir à votação no Plenário.

Nessa direção, percebe-se a dificuldade do TILSP em seu contexto de atuação e exemplos de desafios profissionais podem ser vistos nos estudos Goulart (2014), o qual dirigiu o foco de sua pesquisa para o ingresso e a permanência, buscando compreender as estratégias de governo da conduta de alunos surdos incluídos no contexto da UFSM.

Importante salientar que, aos 10 dias de dezembro de 2020, a Câmara dos Deputados realizou uma Sessão e após a meia noite, aprovou o projeto de Lei nº 9.382/17, a qual regulamenta a atuação profissional dos tradutores intérpretes de Libras. O documento não obteve votos contrários e simbolicamente, as atividades de interpretação e tradução de Libras, assim que forem regularizadas legalmente, serão privativas à profissionais que possuem diploma.

O texto do referido projeto foi aprovado substitutivamente pela deputada Tereza Nelma, fixando a carga horária de 6 horas diárias ou 30 horas semanais para os profissionais. Em caso do trabalho de tradução e interpretação seja superior a 1h de duração, é previsto o regime de revezamento com, minimamente, 2 profissionais.

Ademais, o projeto criou o guia-intérprete, que tem a função de dominar diversas formas de comunicação utilizadas por pessoas surdas e cegas simultaneamente.

Foi comprovado pelas entrevistadas que o discurso de benevolência opera nos processos de ensino e aprendizagem e que são oferecidas proteção e vantagens ao aluno surdo para que ele permaneça na universidade, como por exemplo: não reprová-lo por falta e mal desempenho na avaliação, compreender suas ausências ou atrasos nas aulas, ou seja, situações nas quais os professores querem se desresponsabilizar-se pela reprovação do aluno em virtude de uma proteção a qual é mascarada pelo desenvolvimento de práticas assistencialistas que menospreza as capacidades individuais de cada um.

Ainda, conforme Goulart (2014), infelizmente as práticas assistencialistas são recorrentes principalmente no âmbito das licenciaturas, pois alguns professores rotulam o aluno surdo como “coitadinho” e em alguns casos os mesmos são “poupados” de avaliações, esquecendo-se que esses são seres providos de inteligência e apresentam esse problema. Muitos deles tiram proveito da situação e se acomodam com as percepções dos professores.

Além disso, verificou-se a partir das entrevistas realizadas que o aluno surdo se torna invisível durante sua inserção acadêmica, pois o professor planeja as aulas considerando os alunos ouvintes, desconsiderando os alunos surdos. Em contrapartida, em algumas situações o aluno surdo não se coloca como protagonista de sua aprendizagem e acaba esperando pela atitude dos professores ou colegas para realizar as atividades acadêmicas. Além de mostrar despreocupado com o aprendizado dos conteúdos e descompromete-se com sua vida estudantil, pois o que realmente importa é o status de estar matriculado em uma universidade pública e gratuita.

Considerando os expostos anteriores, identifica-se que o TILSP encontra dificuldades na atuação profissional, principalmente por aspectos didático-pedagógicas, valorização do intérprete enquanto profissional e inclusão do aluno surdo em sala de aula.

No ano de 2018, foi aprovado o Decreto nº 9.656 de 27 de dezembro (BRASIL, 2018), no qual ficou estabelecido que o atendimento ao surdo nos órgãos da administração pública federal, direta e indireta poderão:

[...] utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com intermediação por meio de recursos de videoconferência on-line e webchat, à pessoa surda ou com deficiência auditiva. (BRASIL, 2018– Art. 26. Parágrafo 2º).

O objetivo disso ficou mais evidente quando foi publicado o Decreto 9.656 e a portaria nº 433 (22 de dezembro de 2018), no Diário Oficial da União, que trata da execução indireta de determinados serviços da administração pública federal direta, autarquias e fundações públicas. Dentre estes serviços está: “XXVI - tradução, inclusive tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras)”. Assim, ficou estabelecido a flexibilização do atendimento ao surdo, realizado a partir de recursos tecnológicos, como videoconferência online e *webchat* (SILVA, 2019).

Mediante Silva (2019), essa forma de trabalho contribui para a distância entre surdos e ILS, acarretando a diminuição dos salários, privação de direitos e colocará limitações a compreensão do surdo ao conteúdo, inclusive nas dificuldades técnicas que acompanhariam as práticas desenvolvidas. Neste sentido, a FEBRAPILS e outras instituições, elaboraram uma carta aberta com orientações em relação aos cuidados com a pandemia, na prática de interpretação que é de exposição. O documento é de 18 de março de 2020 e menciona as recomendações do Ministério da Saúde, da Anvisa, das Secretarias Municipais, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e legislações em segurança do trabalho.

O documento aborda que os serviços de interpretação sejam prestados no período pandêmico, de preferência por videoconferência, utilizando-se de *softwares* de videochamada e aplicativos com acesso à *internet*. Para os casos de limitação de atendimento remoto, existe a possibilidade da diminuição do efetivo, por meio de uma escala de trabalho com revezamento de pessoal, a fim de evitar que os profissionais sejam expostos à ambientes/pessoas contaminados/as.

Dessa forma, o teletrabalho (*home office*) e apresentações virtuais, apresentaram-se como possíveis soluções para os profissionais intérpretes prosseguirem com as atividades de trabalho diante dos desafios impostos pelo novo cenário. Tendo em vista as novas tecnologias que produzem formas inovadoras de trabalho à distância, muitos intérpretes atuaram em pronunciamentos oficiais de órgãos de governos, reuniões de trabalho, treinamentos, seminários, congressos, palestras, informativos institucionais e lives de atividades culturais diversas, por meio das plataformas de interação virtual. A modalidade de interpretação mais utilizada no

trabalho remoto é a interpretação simultânea, a qual demanda grande esforço cognitivo para combinar atenção, concentração e memória no ato interpretativo.

Nesse sentido, a Nota Técnica nº 004/2020 elaborada pela FEBRAPILS, forneceu orientações referentes aos aspectos considerados essenciais para a atuação do intérprete no trabalho remoto, as quais são: o local para a realização do trabalho; conectividade e equipamentos; enquadramento e interpretação, trabalho em equipe e confidencialidade.

Diante das turbulências e momentos imprevisíveis inerentes à prática profissional, o ano de 2020 inaugurou o advento da Pandemia da Covid-19, pondo todo o sistema educacional à prova. Surge um novo paradigma de civilização que obriga a todos os profissionais a se reinventar. Com isso, os intérpretes de Libras tiveram que realinhar suas formas de trabalho, enfrentando novos e antigos desafios, criando outras possibilidades de desenvolver a sua prática.

A entrevistada “10” diante do ocorrido, relatou que:

“[...] esse momento foi muito difícil principalmente na minha Universidade, onde ainda não há o entendimento do que é o trabalho do tradutor intérprete. [...] na pandemia o nosso trabalho se tornou assim: um trabalho referente a acessibilidade. Então, qualquer evento, mesmo não tendo a presença de surdos, nós precisávamos estar lá”.

Ainda mais, desabafa:

“[...] em reuniões, “temos” brigado muito pelo respeito da nossa categoria. [...] vi muito na pandemia isso: uma gama enorme de eventos [...], muita demanda e pouco entendimento do que serve o nosso trabalho. Acho que “teve” aquele “boom” das lives sertanejas onde apareceram os intérpretes e aí, as pessoas disseram: - Nossa! É para isso que servem os intérpretes [...] para dar acessibilidade”.

Na sequência, “10” diz como era sua demanda de trabalho antes e após a pandemia:

“Muito tranquilo, porque, como “a gente” era por campus, [...] (antes da pandemia era por campus). Depois da pandemia [...] “temos” que ser da Reitoria para todos os Campus. [...] é muito prejudicial para o surdo, não tem qualidade. [...] tem oito intérpretes para dar conta de 10 Campus. A nossa situação é precária e eles não entendem, [...] o trabalho individual, o trabalho sozinho, a falta de entendimento de que precisa de mais gente. Nos dizem que não tem mais condições de colocar mais gente”.

Com o advento da pandemia, a entrevistada “7” comenta:

“Eu confesso estar bem adaptada porque como “a gente” sempre atendeu [...] e faz horários flexíveis como se fossem horários de professores [...]. Ter a possibilidade de trabalhar remotamente, para mim, tem sido mais produtivo nesse sentido, porque eu termino a aula e já estou aqui, né, então eu acho que tem sido bem mais proveitoso. Acho que inclusive as nossas escalas funcionariam melhor”.

A colaboradora “5” diz que:

“O trabalho tem sido 100% remoto [...]. No início foi bem complicado para a adaptação pra ver como tudo ia funcionar e enfim, depois eu achei que foi ficando mais tranquilo, no sentido da organização do trabalho em si, assim, [...] mas acho que a demanda aumentou bastante perto do que nós tínhamos no trabalho presencial, porque hoje “a gente” tem solicitações de eventos e atividades que antes não tinha. O trabalho está sendo feito todo online e hoje estou mais adaptada do que no início”.

A participante “6” complementa:

“Bom, agora com a pandemia o meu trabalho tá rendendo menos, né, em função da carga horária mesmo e não de interpretação, porque no presencial, né, eu trabalhava no mínimo dois turnos e agora eu estava conseguindo trabalhar um turno assim, mais tranquilo [...]”.

Também, “7” comenta sobre as principais demandas antes e durante a pandemia:

“Atendimento em sala de aula frente aluno, que acredita que continua sendo, embora, agora na pandemia [...] surgiu uma demanda na Universidade muito grande para atender lives que ficam salvas [...]. Além da demanda frente a aluno em sala de aula, “a gente” tem essa demanda também. Algumas solicitações “a gente” tem que negar”.

Na visão de “5”, em relação as principais demandas de trabalho, relata:

“A principal demanda de trabalho é frente aluno. São aulas presenciais [...] essa é a principal demanda. [...] E hoje as principais demandas são [...] lives e [...] a principal demanda são aulas que é uma demanda semanal e quase sempre a mesma durante a semana e a demanda de lives de seminários, congressos [...]”.

Já a participante “6” percebeu que:

“[...] consegui fazer mais formações, coisas que na presencial era difícil. [...] eu rendo menos em questão de horas, mas de interpretação assim, tem surgido bastante

coisas novas, né, eu comecei a fazer vídeos, lives que eu imaginei que nunca ia participar”.

Esse cenário crítico e completo acarreta problemas na saúde mental do indivíduo provocando quadros de Bournout (estresse relativo ao trabalho), depressão, ansiedade, entre outras doenças, prejudicando ainda mais o tratamento na época vivenciada.

Nesse sentido, “10” desabafa a respeito de sua saúde mental:

“a “gente” se sente cansada, chega a doer os ombros. [...] queríamos 20 horas de estudo ou de descanso, mas eles acharam um absurdo [...], pois a ideia deles é colocar “a gente” 40 horas para trabalhar. Vocês não vão ter TILS, “a gente” vai ficar doente. É muito precário”.

A colaboradora “7” afirma “*estar adaptada*” com a situação e em concordância, a participante “5” confirma ter a mesma sensação.

As relações entre saúde/doença mental são muito complexas e exigem uma série de reflexões e contextualizações para serem compreendidas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é definida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doenças (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2001).

Os impactos causados pela pandemia, mostraram demandas que já faziam parte da rotina de trabalho dos intérpretes de Libras, entretanto, que se intensificaram nesse período conturbado. Demandas emergentes, formas de atendimentos presencial e remoto, o papel e as atribuições desses profissionais, trabalho em equipe, entre outras questões, tornaram-se pautas emergenciais a serem tratadas pelas instituições organizadas em prol de orientar, apoiar e defender os interesses da categoria de tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de línguas de sinais.

Historicamente, o trabalho do intérprete de Libras era realizado de maneira voluntária, empírica e despretensiosamente. Dessa maneira, com o protagonismo alcançado pela profissão, novas esferas de atuação estão sendo continuamente constituídas, exigindo um preparo eficaz destes profissionais para lidar com os desafios que nelas circundam.

A aplicação do questionário permitiu visualizar o perfil dos intérpretes, assim como também possibilitou ter um parâmetro do vínculo que as TILSP possuem com o Ensino Superior, os cursos que já atuaram profissionalmente, o tempo de experiência,

a formação acadêmica e o seu conhecimento acerca dos aspectos históricos e legais que permeiam a profissão.

As entrevistas semiestruturadas, além de permitir conhecer melhor a atuação dos intérpretes, contribuíram para verificar de modo aprofundado o posicionamento das participantes no que diz respeito a atuação profissional no Ensino Superior e suas inter-relações com os aspectos legais vigentes, bem como vislumbrar as principais dificuldades encontradas durante sua trajetória profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse estudo possibilitou uma análise de quais são as percepções dos Tradutores Intérpretes de Libras – Português (TILSP) em relação ao exercício de sua atribuição profissional no contexto do Ensino Superior. Além disso, também permitiu uma pesquisa qualitativa com a aplicação de questionário *On-line* e a realização de entrevistas semiestruturadas.

Como objetivo geral, a pesquisa buscou: identificar a percepção dos Intérpretes de Libras do exercício de sua atribuição profissional no Ensino Superior. Para se atingir uma compreensão desse contexto, definiram-se três objetivos específicos: a) discutir os componentes históricos da legalização profissional do TILSP; b) descrever a formação do Tradutor Intérprete de Libras (TILSP); e, c) relacionar as aproximações e os distanciamentos das percepções dos TILSP em relação aos pressupostos legais vigentes.

Quanto ao levantamento bibliográfico realizado para construir o arcabouço teórico do trabalho, no que tange a percepção desses profissionais no âmbito superior de ensino, ainda é preciso avançar no campo de pesquisas com vistas a ampliar a discussão.

Concluiu-se que, a profissão é perpassada por desafios e muitas são as atribuições delegadas a este profissional, o direito do surdo está garantido, sendo que o TILSP é o mediador dos discursos produzidos no contexto educacional.

No que diz respeito aos desafios que o TILSP encontra na atuação profissional no período anterior à pandemia do Covid-19, o trabalho frente ao surdo, parece ser ainda o mais evidenciado.

No que tange aos desafios encontrados na atuação profissional no período atual marcado pela pandemia, a sobrecarga de trabalho, decorrente das características do trabalho remoto, afeta o trabalho do TILS, sua disponibilidade, a qualidade da interpretação pode ser comprometida.

A saúde mental, considerando o esgotamento provocado pela rotina de trabalho, a participação em aulas *online*, *lives*, trabalhos burocráticos, a pressão, a ansiedade, questões do âmbito pessoal, passam a ser questões que atravessam a atuação do TILS.

Por fim, o estudo apresenta algumas limitações, a escassez de estudos voltados à temática, sugere o desenvolvimento de trabalhos futuros que versem sobre as percepções dos TILSP diante de sua atuação no Ensino. Do mesmo modo, se mostra necessário pesquisas que versem sobre a importância de compreender as atribuições dos tradutores no contexto das Libras, detalhando sua rotina e condições de trabalho no contexto do Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. **Trabalho aprova nível superior para intérprete de Libras**. 2019. Disponível: <https://www.camara.leg.br/noticias/579090-trabalho-aprova-nivel-superior-para-interprete-de-libras/> . Acesso em: 20 jul. 2020.

ASSIS SILVA, César Augusto. As congregações em Língua de Sinais das Testemunhas de Jeová: a universalidade do governo do reino de Deus e as particularidades das línguas. **Debates do NER**, n. 38, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/24291/17634>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BARDIN, Laurence, **Análise de conteúdo**. 1. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm#:~:text=Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico.,de%20pessoas%20surdas%20do%20Brasil.. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.436,19%20de%20dezembro%20de%202000.. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.319 de 01 de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor,L%C3%ADngua%20Brasileira%20de%20Sinais%20%2D%20LIBRAS.. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)**. Brasília. 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5826>. Acesso em: 19 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da saúde. Conselho nacional de saúde. **Comissão nacional de ética em pesquisa**. Resolução Nº196/96 versão 2012. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015_2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 18 jan. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 112 p.: il. ISBN 978-65-81041-02-1. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf Acesso em: 8 set. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei n. 9382-A, de 2017. **Dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogando a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2166683>. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018. **Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Brasília, DF. Senado Federal, 2018.

BRASIL. Decreto n. 10.185, de 20 de dezembro de 2019. **Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.185-de-20-de-dezembro-de-2019-234755397>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 46, n. 19, p. 41-56, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CURY, Augusto. **Nunca desista de seus sonhos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

FEBRAPILS. **Código de Conduta e Ética**. Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7ZxCOYQ0QJmTUdtZ2xIZHlqQ1U/view>. Acesso em: 04 maio 2021.

FEBRAPILS. **Nota técnica sobre a contratação do serviço de interpretação de libras/português e profissionais intérpretes de Libras/Português**. Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3eZnKrWC6hcWnAyd3FIU2VFQmc/view>. Acesso em: 05 maio 2021.

FRANCO, Maria Laura Barbosa. O que é análise de Conteúdo? In: SEIFFERT, Otília Maria Lúcia Barbosa. **Ensino Médio: Desafios e Reflexões**. Campinas: Papirus, 1996. p. 1-18.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, Maria Cecília Rafael. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 2002.

GOULART, Daiana San Martin. Um breve histórico sobre a seção de tradutores e intérpretes de Libras da Universidade Federal de Pelotas. **Revista Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior**, s/d, 2014.

GUALBERTO, Cristiano Garcez; FARIAS, Juliana do Nascimento; DA COSTA, Vanderlei Balbino. Aspectos históricos da formação do intérprete educacional de língua brasileira de sinais. **IV Congresso Nacional de Educação – CONEDU**. 2018. p. 1-11.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. **A musicalidade do surdo: representação e estigma**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais**. Acessibilidade Brasil, s/d. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

LIMA, Juliana Corrêa de. **Estratégias de ensino para acadêmicos surdos na Educação Superior**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de Santa Maria. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (Org.). et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

OLIVEIRA-CASTRO, Gardênia Abbad de; PILATI, Ronaldo; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Percepção de suporte organizacional: desenvolvimento e validação de um questionário. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v., n., 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551999000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **A saúde no Brasil**. Brasília: OPAS/OMS, 2001.

PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira; BORTOLAZZO, Jéssica. Aprendizagem e acessibilidade na educação superior. In: PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (Org.) **Ações de atenção à aprendizagem no Ensino Superior**. – 1. ed. – Santa Maria: [UFSM], PRE, Ed. pE.com, 2015. 210 p.: il.; 21 cm.

PROLIBRAS. **PROLIBRAS** – O que é PROLIBRAS? Disponível em: <http://libras.com.br/prolibras>. Acesso em: 03 ago. 2021.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Petrópolis: Arara Azul, 2005, p. 21.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, S. A. dos. **Intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades**. 2006. 188 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90455/243129.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 maio 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D. F. da. **As condições de trabalho do intérprete de Libras e os reflexos no ensino de surdos**. 2019. 111p. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Centro de Educação, Letras e Saúde Universidade Oeste do Paraná, Paraná.

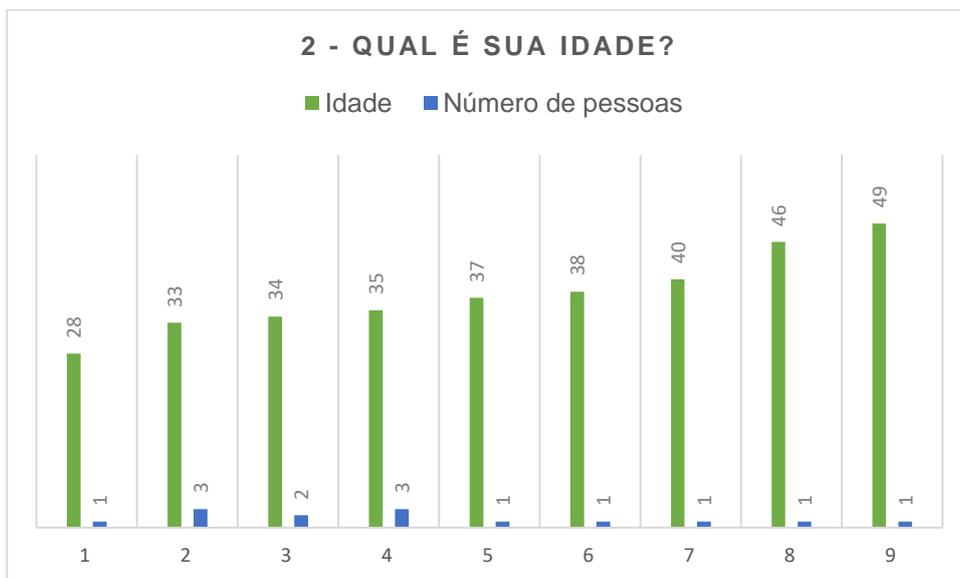
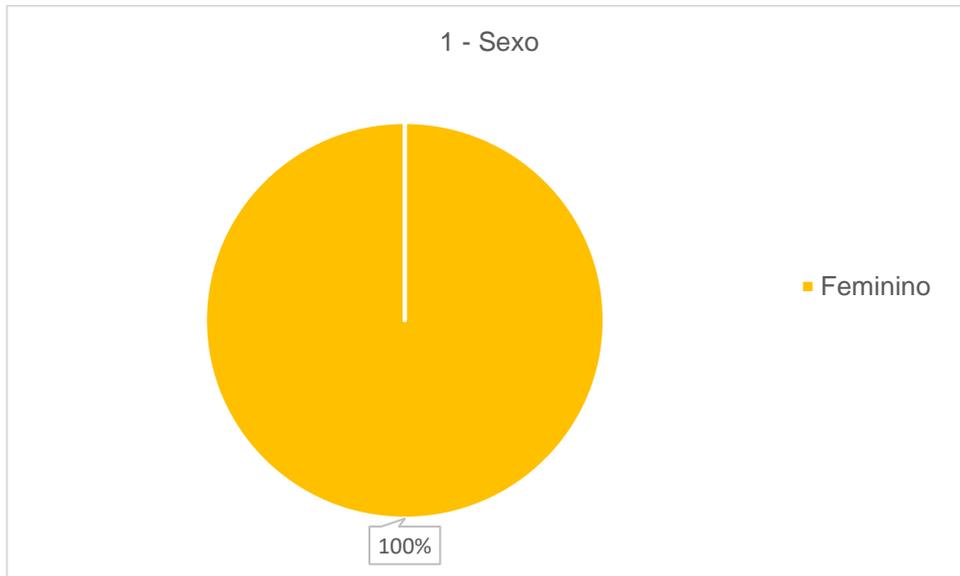
STOKOE, William C. **An historical perspective on sign language research: a Personal View**. In: CEIL, Lucas. *Sign language research: theoretical issues*. Washington: Gallaudet University Press, 1990. p. 1-10.

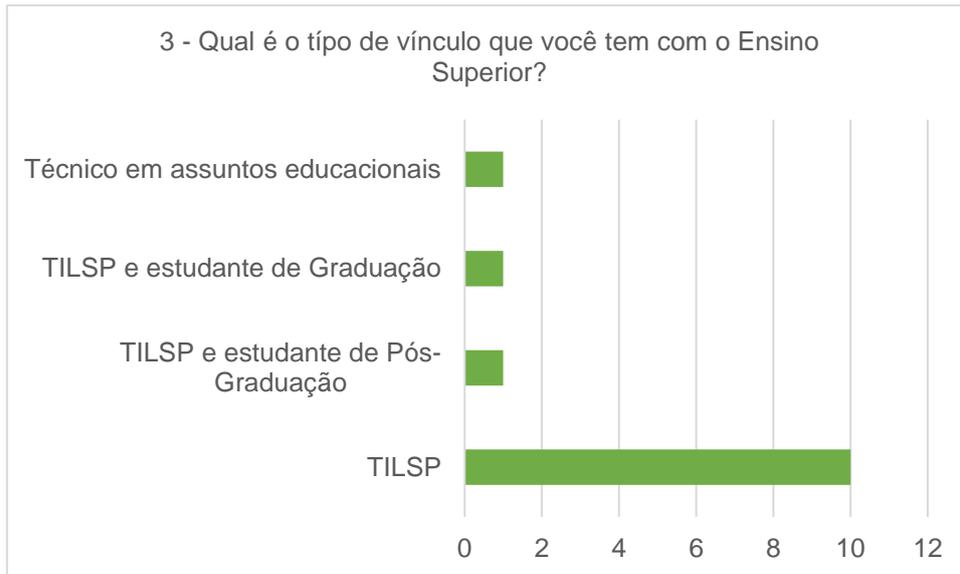
TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 18 reimpr. São Paulo: Ática, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção**. 1994.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário e respostas





4 - Quais os cursos que você atuou na Ensino Superior? 13 respostas

Arquitetura e Urbanismo, Educação Especial, Pedagogia, Designer, Administração, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Educação Física, Jornalismo e Publicidade, Veterinária, Enfermagem, Teatro, Serviço Social, Psicologia, entre outros

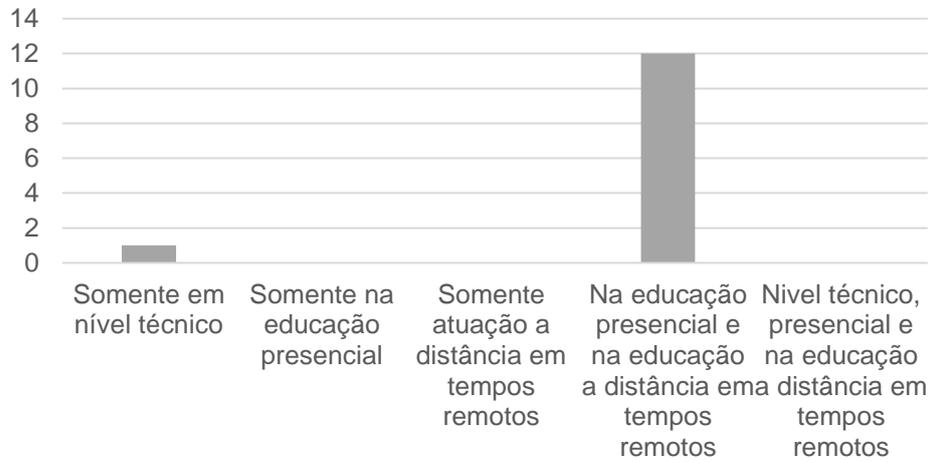
Arquitetura e Urbanismo, Educação especial, Pedagogia, Educação Física (licenciatura), Teatro, Administração, Engenharia da Computação.

Educação Especial, pedagogia, educação física, biologia, jornalismo, engenharia da computação, ciências da computação, administração, mestrado e doutorado em educação

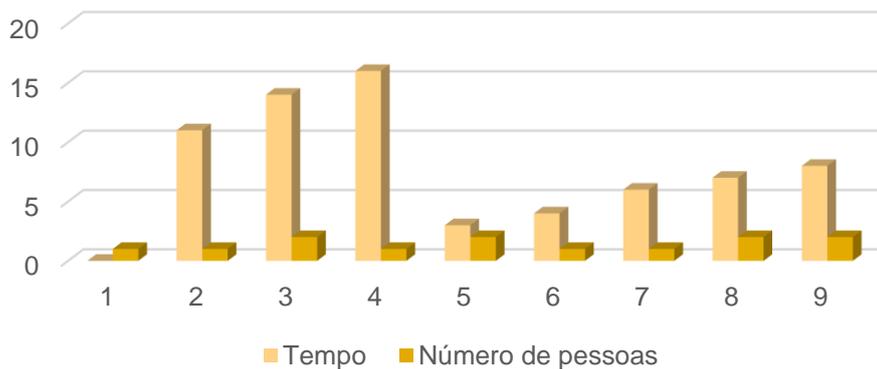
Teatro, Educação Especial, educação física, desenho industrial, ciência da computação, engenharia da computação, arquitetura, pedagogia, enfermagem, turismo, tec em administração, técnico em contabilidade, técnico em informática acho que são esses.

Pedagogia, Psicologia, Educação Especial, Educação Física, Ciências Biológicas, Administração, Direito, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Gestão de Turismo, Teatro, Artes Visuais, Sistemas de Informação, Engenharia da Computação, Arquitetura e Urbanismo, Terapia Ocupacional, Filosofia, Desenho Industrial, mestrado em educação.

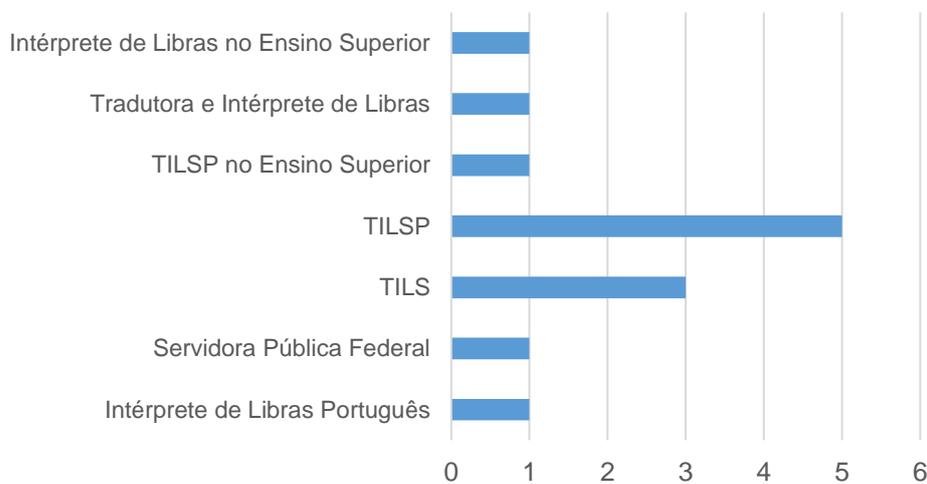
5 - Qual é a modalidade de ensino que você atua/atuou no Ensino Superior?

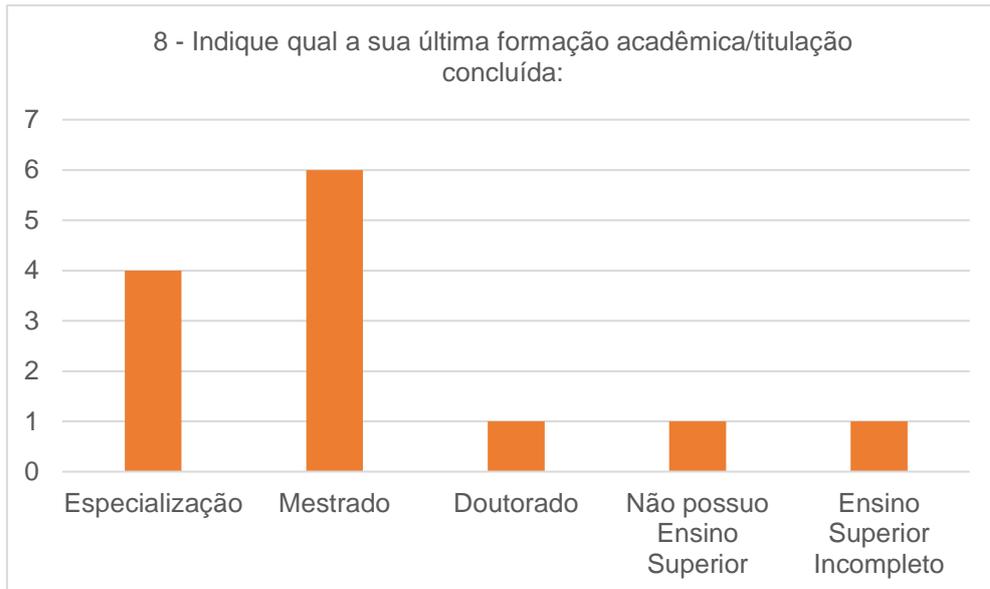


6 - Indique o número de anos em que atua/atuou como intérprete de Libras - Português no Ensino Superior. Caso não tenha experiência, coloque 0.



7 - Indique qual é a sua atuação profissional atualmente:





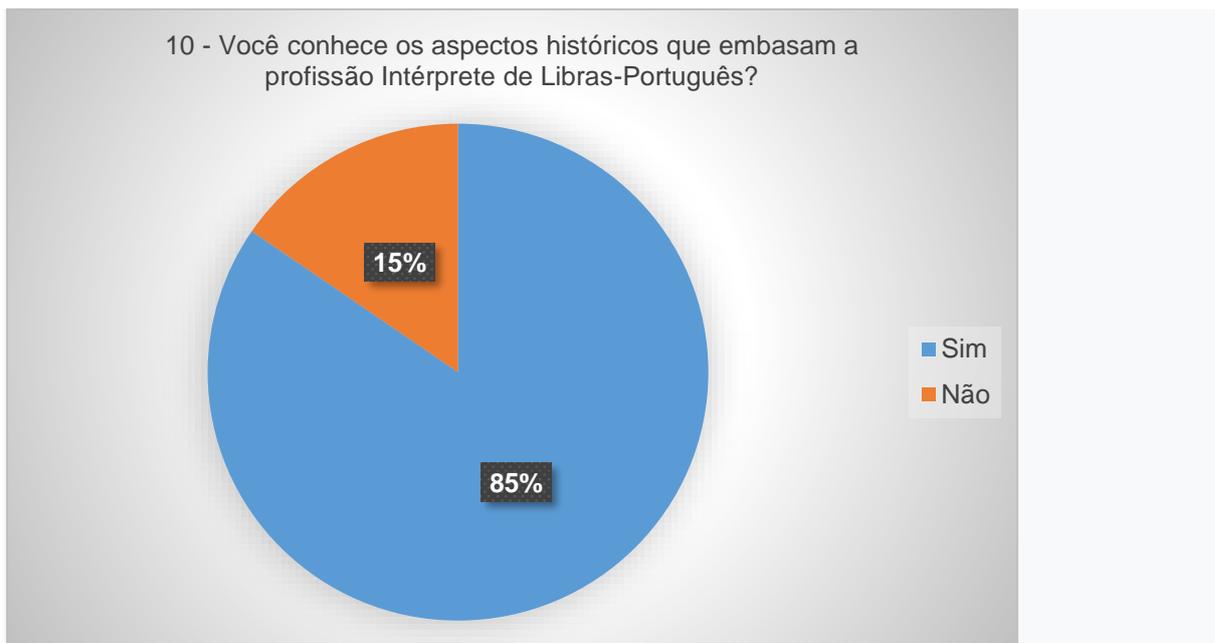
9 - Descreva brevemente uma experiência profissional que você considera marcante em sua trajetória: 13 respostas

Atuei nesses anos como TILSP em diversos cursos. A parte mais difícil é ter um conhecimento de vocabulário de tantas áreas distintas. A necessidade de se ter um apoio e revezamento na atuação.

Não consigo lembrar de uma em específico, mas tenho várias memórias do reconhecimento profissional, ou seja, quando o estudante surdo dá feedback de sua compreensão, agradece e reconhece a importância do TILS durante o seu percurso acadêmico. Isso é meio incomum de acontecer, haja vista que o reconhecimento profissional do TILS é muito pouco valorizado.

Interpretar defesa de mestrado de pessoas surdas

Um evento internacional onde tinha intérprete da língua inglesa e eu. Foi um dos primeiros eventos em que eu trabalhei. Lembro até hoje.



11 - Caso você respondeu “sim” ou “em partes” na questão anterior, comente sobre algum (s) aspecto (s) histórico (s) que você conheça. Caso respondeu “não”, comente O.13 respostas

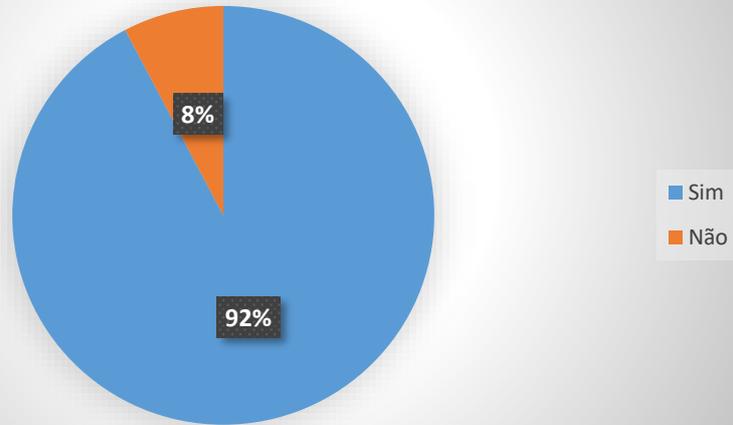
Na década de 80, após o movimento da escola bilíngue, começou a ter o movimento para se ter Intérprete de Libras. Essa profissão já era conhecida no INES, mas não em outros espaços da sociedade. Hoje esse profissional tem mais visibilidade e necessidade desses profissionais em vários espaços.

O início da atuação foi de forma voluntária em igrejas e com o passar dos anos a atuação foi sendo reconhecida como profissão, porém até hoje percebemos cotidianamente que há dificuldades para ser visto e respeitado como profissional. Muitas vezes somos vistos como aquele que ajuda o surdo, aquele que tem um dom e um caráter assistencialista e não como um profissional que atua na mediação linguística.

O Tils inicia sua atuação principalmente em contextos religiosos a partir da década de 80 no Brasil

Isso é uma coisa que lembro da minha infância quando a profissão de intérprete se tornou oficial, e abriram o primeiro exame do ProLibras, algumas conhecidas minhas que já eram mais velhas foram realizar a prova. É algo que ficou marcado pra mim, por que a vida inteira quem teve que fazer o papel de intérprete em casa era eu e quando isso aconteceu fiquei muito feliz pela oportunidade para as pessoas que queriam se qualificar como intérpretes e para os surdos que iriam ter uma interpretação de qualidade e não caseira.

12 - Você conhece os aspectos legais que embasam a profissão Intérprete de Libras-Português?



APÊNDICE B

ENTREVISTAS - “As percepções dos tradutores intérpretes de Libras face às suas atribuições profissionais no Ensino Superior”

- 1 – Considerando a pandemia do COVID-19 que causou impactos no âmbito profissional, relate como tem sido o seu trabalho e experiências profissionais neste período conturbado?
- 2 – Anterior a pandemia, relate quais eram as principais demandas de trabalho?
- 3 – No período da pandemia, relate quais são as principais demandas de trabalho.
- 4 – Em seu trabalho, os atendimentos são direcionados somente para os alunos ou para a comunidade acadêmica em geral?
- 5 – Na Universidade em que atua, há carência de profissionais? Caso sim de que forma a instituição supre essa falta?
- 6 – Em sua instituição, existe algum colega que atua via contrato terceirizado?
- 7 – Qual é a sua percepção em relação a formação do TILSP?
 - A) Você acredita importante o TILSP possuir uma graduação para atuar? Justifique sua resposta.
- 8 – Você tem conhecimento das políticas públicas voltadas a atuação do TILSP? Comente sua resposta.
- 9 – Em sua opinião, quais são as aproximações e os distanciamentos que as políticas públicas voltadas a atuação do TILSP estabelecem com a prática profissional desses profissionais? Justifique sua resposta.
- 10 – Em sua opinião, quais são as aproximações e os distanciamentos que as políticas públicas voltadas a atuação do TILSP estabelecem com a sua própria prática profissional? Justifique sua resposta.
- 11 – O que você alteraria nas políticas públicas voltadas a atuação do TILSP? Justifique sua resposta.
- 12 – O que você manteria nas políticas públicas voltadas a atuação do TILSP? Justifique sua resposta.
- 13 – Quais são suas percepções acerca da sua profissão como TILSP? Justifique sua resposta.
- 14 – O que você pensa a respeito da legalização da profissão TILSP?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: “As percepções dos tradutores intérpretes de Libras face às suas atribuições profissionais no ensino superior”

Pesquisador responsável: Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Mestranda: Joelaini Martins dos Reis Brasil

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Programa de Pós-Graduação em Educação

Local da coleta de dados: IFES

Eu, Sílvia Maria de Oliveira Pavão, responsável pela pesquisa “As percepções dos intérpretes de Libras face às suas atribuições profissionais no Ensino Superior”, e a Mestranda Joelaini Martins dos Reis Brasil o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende conhecer a percepção dos Intérpretes de Libras do exercício de sua atribuição profissional na educação superior. Acreditamos que ela seja importante porque este estudo vai além da importância de abordar temas relacionados aos TILSP no exercício de sua atuação profissional. Por isso, a importância recai sobre a relevância social, pois estudos sobre os TILSP contribuem para a construção de um panorama no contexto de atuação dos tradutores, para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas de inclusão, bem como para a confirmação de indícios que são poucos os trabalhos de pesquisa desenvolvidos nessa área.

Para sua realização será feito o seguinte: a aplicação de um questionário on line e uma entrevista do tipo semiestruturada, também na modalidade on line, em videochamada. Sua participação constará de responder o questionário e a entrevista.

Os **benefícios** que esperamos como estudo são: contribuir com o desenvolvimento da discussão acerca das percepções dos TILSP sobre a sua atuação profissional no contexto da educação superior.

É possível que aconteçam os seguintes **riscos**, desconfortos durante a entrevista: você não se sentir à vontade para participar, ou não querer explicar, ou não querer se expor. Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada pelas pesquisadoras, com esclarecimento de dúvidas, indicações de leituras e materiais orientadores. As estratégias e procedimentos utilizados para prestar esse atendimento, a problemas que sejam comprovadamente causados por essa pesquisa, se dará por meio de esclarecimento de qualquer dúvida referente à pesquisa, explicação de termos e conceitos utilizados na pesquisa, indicação de leituras para complementar a prática, e também poderá orientar, caso necessário, a busca de outros acompanhamentos pertinentes a situação apresentada.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Conselho de Ética em Pesquisa.

Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, **[nome completo do voluntário]**, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

APÊNDICE D

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: “As percepções dos Tradutores intérpretes de Libras face às suas atribuições profissionais no Ensino Superior”

Pesquisador responsável: Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Mestranda: Joelaini Martins dos Reis Brasil

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria

Local da coleta de dados: IFES

A responsável pelo presente projeto se compromete a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de questionário e entrevista semiestruturada, na modalidade online, no mês de dezembro de 2020.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: xx - Santa Maria – RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Pesquisadora Sílvia maria de Oliveira Pavão. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em/...../....., com o número de registro Caae

Santa Maria, 17 de setembro de 2020.

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXOS

Anexo A

MODELO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu [nome da autoridade], abaixo assinado, responsável pela [nome da instituição, empresa, organização], autorizo a realização do estudo [título do projeto], a ser conduzido pelos pesquisadores [relacionar os nomes dos envolvidos].

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data

Assinatura e carimbo do responsável institucional